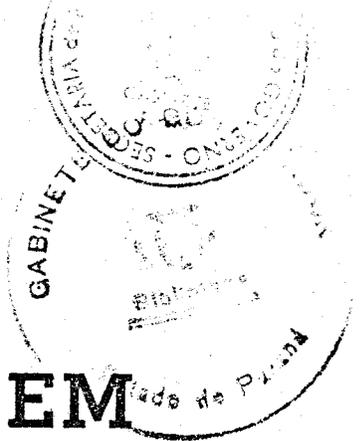


Secretaria de Estado
do
Planejamento

BIBLIOTECA



ESTADO DO PARANÁ



MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 4.^ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 4.^ª LEGISLATURA

PELO

SENHOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA
GOVERNADOR DO ESTADO

353.98162
M 548
1962

353.0313
P223
1962

CURITIBA — PARANÁ
1962

Senhores Deputados:

Compareço a esta solenidade cumprindo, mais uma vez, o imperativo constitucional que a determina, impondo ao Poder Executivo o dever de prestar contas anualmente a aqueles que, nesta egrégia Casa, representam, legitimamente, o povo do Paraná. Mas, não o faço somente em virtude da lei, senão, também, pelo desejo de manter indesviável a harmonia em que temos vivido neste quase ano e meio de Govêrno, ditada, fundamentalmente, pelo objetivo de, associando nossos esforços, estruturarmos as condições e tomarmos as medidas necessárias ao bem comum.

Quero proclamar, desde logo, num preito de justiça, que tenho encontrado, nos representantes do povo nesta Casa, o espírito público que torna possível a caracterização do dispositivo da nossa Carta Magna. Essa harmonia, imposta como garantia do próprio regime, muitas vêzes desaparece por injunções ou subalternidades políticas, esquecendo-se o povo que a exige como condição indispensável à solução de seus problemas. Felizmente, porém, o Paraná, nesse terreno como em outros, dá exemplos ao Brasil, mantendo-se aqui os Poderes Públicos insensíveis a influências que não as dos interesses do Estado.

Com as dificuldades que a atual gestão encontrou, não teria sido possível reorganizar a administração de modo a produzir com eficiência não fôsse a exata dimensão que o Legislativo e o Judiciário têm dado, como o Executivo, às suas graves responsabilidades. E nem o povo entenderia pudesse ser outra essa conduta diante do momento histórico que vive o Paraná, como verdadeira extensão do momento histórico nacional.

Se, antes, o fenômeno foi sentido, jamais como na atualidade recaiu sobre os dirigentes do Estado a tremenda carga de garantir o futuro do Paraná. Esse o momento histórico. Ou lançamos agora, sólidamente, as bases do nosso desenvolvimento, garantindo-as com o que pudermos dar de nossa capacidade, empregando todo o vigor físico, submetidos ambos a princípios éticos que os legitimam, ou teremos — Executivo, Legislativo e Judiciário — comprometido irremediavelmente o futuro do Estado, negando-lhe os meios de proporcionar ao povo a justiça social cristã pela qual êle tanto anseia e pela qual há tanto espera. Se a retardarmos ainda mais, estaremos, pela nossa omissão ou desídia, criando o fermento que nos levará as mais perigosas encruzilhadas. Se o Paraná oferece recursos à sua recuperação e ao seu desenvolvimento; se pode, assim, ajudar ao Brasil; se o povo nos cobre com a sua confiança para realizar essa tarefa, cometeríamos o mais hediondo dos crimes se não a levássemos a cabo.

Conhecendo e proclamando o empenho desta Casa e da Poder Judiciário, na esfera de suas atribuições específicas, posso assegurar a Vossas Excelências, com satisfação mas sem vaidade, tranquilizado pela minha consciência, sensível à angústia e a expectativa popular, que, dentro das minhas limitações, tudo tenho dado da minha capacidade para não decepcionar os que em mim confiaram e de estar à altura de nosso momento histórico.

Já revelei, anteriormente, na mensagem que entreguei a Vossas Excelências no ano passado, as condições de dificuldades encontradas pela administração, conseqüentes da situação econômico-financeira e da ausência de planejamento. Diante dêsse fato, mesmo que o Estado, naquele momento, apresentasse normalidade no primeiro setor, quase nada poderia ter sido feito ou encaminhado, desde o início, por não ter sido encontrado pronto qualquer projeto em condições de ser executado. Daí por que as obras fundamentais de infraestrutura, salvo algumas de rodovias e de energia elétrica, tiveram de esperar a elaboração dos projetos respectivos para serem atacadas. Somada a isso a carência total de recursos financeiros — pois a arrecadação do Estado achava-se praticamente absorvida pelas despesas do pessoal e outras de custeio — será

fácil a esta Casa e ao povo do Paraná aquilatar da gama de óbices que o Governo teve de superar nos primeiros meses para iniciar a concretização de planos fundamentais.

Não menciono êstes fatos para tentar justificar inexistência de resultados efetivos no primeiro ano de gestão administrativa. Faço-o, apenas, para possibilitar comparações, no intuito de dar, principalmente ao povo, satisfações daquilo que, em seu nome, o Governo fêz e está fazendo. Ao contrário, porém, da falta de resultados efetivos, uma volumosa tarefa foi concluída em apenas um ano, chegando, num setor — o de energia hidrelétrica — a superar tudo quanto até então havia sido feito no Paraná, e noutro — o de estradas — a suplantar, relativamente, a média asfáltica estendida em nosso Estado no último decênio.

Para se dar uma idéia da situação encontrada no setor de projetos, apenas é suficiente que se revele que o meu Governo teve de elaborar os seguintes: Usina Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira, Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, Usina Hidrelétrica de Mourão I, linhas do Norte do Estado e do litoral, rede de Armazéns da COPASA, combate à erosão, ampliação do pôrto de Paranaguá, de água e esgôtos para Maringá, Guarapuava, Cambé, Campo Largo e Ponta Grossa, já enviados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, e, a enviar, para Apucarana, Curitiba, Araçongas, Rolândia, Jacarézinho e Bandeirantes, e de colonização pela F.P.P.C.I. e D.G.T.C Tais projetos, como é óbvio, demandaram complexos estudos e trabalho demorado, razão porque só agora alguns entram em fase de execução, pois outros aguardam ainda os financiamentos solicitados também ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a outras entidades oficiais de crédito. Não sendo meus mas de uma equipe eficiente e dedicada, posso proclamar que o curto prazo que consumiram para serem elaborados representa autêntica vitória da capacidade e da boa vontade, principalmente considerando-se que, no primeiro ano de Governo, um número infinito de outras atividades teve de ser desenvolvido pela administração para equacionamento de outros tantos problemas.

Mas, de nada adiantaria a projeção de planos e projetos se não fôsse atendidas algumas necessidades imediatas e se não se dessem contôrnos práticos a medidas de sustentação

econômico--financeira para possibilitar a sua execução a curto e longo prazo. Em razão disso, o setor fazendário aparelhou-se para aumentar a arrecadação, desenvolvendo, desde logo, perseverante campanha de combate à sonegação de tributos, que chegava a atingir quase metade da dotação orçamentária realizada. À proporção que os resultados positivos dessa ação iam surgindo, compromissos urgentes eram saldados, entre os quais, vale ressaltar, o atraso de meses no pagamento do pessoal. Em pouco tempo, mas com grande esforço, a massa dos servidores foi colocada em dia. Simultaneamente, prosseguia a execução de inúmeras obras e outras tantas eram iniciadas, gestionando o Executivo junto ao Governo Federal em busca de empréstimos e financiamentos para socorrer situações prementes e garantir a concretização de planos de longo curso.

Antes de eclodida a crise de agosto do ano passado, que tantas e tão prejudiciais conseqüências trouxe ao Brasil e ao Paraná, quase levando de roldão o regime e ensanguentando o País, o meu Governo obteve um empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros no Banco do Brasil, visando, em parte, ajudar a recuperação do Banco do Estado do Paraná, podendo ser anunciados agora os seguintes dados da atual situação daquele estabelecimento de crédito: 3 bilhões e 700 milhões de cruzeiros em depósitos; 3 bilhões e 100 milhões de aplicações absolutamente líquidas; lucro efetivo de mais de 50 milhões no segundo semestre de 1961; retomada de recolhimentos à SUMOC e início do pagamento da dívida à CAMOB.

Para se ter uma idéia dos resultados obtidos com as providências tomadas no setor econômico-financeiro, basta que se diga que, tendo recebido a administração com um «déficit» orçamentário de 4 bilhões de cruzeiros, o atual Governo, no primeiro ano, pode anunciar a extinção daquela situação, tendo a dívida flutuante sido reduzida de mais de 300 milhões de cruzeiros, o que, embora pareça sem grande significado, representa, talvez, fato virgem no País, ao lado da superação do «déficit». E esses índices foram atingidos em 1961 mesmo com a realização de obras públicas mais volumosas do que no ano anterior e com pagamentos ao funcionalismo em mais do que o dôbro naquêle do que neste ano, traduzidos nas seguintes cifras empenhadas: 1960 — 4 bilhões e 842 milhões de cruzei-

ros; 1961 — 8 bilhões e 499 milhões de cruzeiros, valendo acrescentar que, do empenho de 1960, 933 milhões foram pagos durante a atual gestão. De outra parte, em Material de Consumo, em 1960, foram gastos 1 bilhão e 232 milhões de cruzeiros, e, em 1961, apesar da inflação, 756 milhões de cruzeiros, o que traduz resultado da mais sadia economia, pois não houve corte no necessário, tanto em qualidade como em quantidade. É preciso notar-se que, além disso, o Departamento Estadual de Compras está fazendo aquisições à vista, com o que obtém considerável redução de preços.

Lógicamente, numa situação inflacionária, em que o custo de obras sobe incessantemente, não é boa norma administrativa a poupança. Mas não seria possível deixar de pagar dívidas e muito menos aumentá-las sob pena de desmoralização do crédito do Estado, cujo conceito atual pode ser avaliado pelo número de firmas que procura trabalhar para os Poderes Públicos, habilitando-se às suas concorrências.

Com o prosseguimento de obras de urgência e em obediência ao plano de valorização do homem, principal meta do meu Governo, foi possível concluir, em 1961, ginásios, grupos escolares e casas escolares, totalizando 96 unidades, com 192 salas de aula, com capacidade para mais 11.520 alunos em 2 turnos, estando programados, para 1962, ginásios, grupos escolares e casas escolares, totalizando 1.000 salas, com capacidade para 60.000 alunos em 2 turnos. Recuperadas integralmente foram as escolas de internamento e de menores delinquentes de Campo Comprido e Canguirí, antes verdadeiros infernos, o Instituto de Surdos-Mudos e outros estabelecimentos de assistência, e elaborado o projeto do Instituto de Assistência ao Menor, além de ter sido construída nova, ampla e moderna ala na Prisão Provisória do Ahú, ao lado de numerosos postos de saúde, higiene no interior do Estado. Menciono também o auspicioso fato de que, já neste ano, a Loteria Estadual colaborará para ampliação da assistência social.

Apesar de todos os obstáculos encontrados, a racionalização dada à aplicação do dinheiro do povo, mediante rigorosa economia do supérfluo e do não urgente, foi possível prosseguir na execução de obras inadiáveis e importantes e iniciar novas, merecendo destaque as de energia elétrica e rodovias,

sem as quais a ameaça de estagnação econômica do Paraná não poderia ser atenuada e que será totalmente eliminada pela concretização dos planos básicos nesses dois setores dentro dos próximos anos.

Vale destacar, no primeiro, a extensão da rede de energia ao nosso litoral, aproveitando o potencial da Usina Hidrelétrica de Marumbi, federal, servindo já Paranaguá, Antonina e Morretes, com um total de 4.000 Kw.; a extensão da rede de energia ao Norte do Estado, aproveitando a Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Paranapanema, atendendo já Apucarana e Maringá, além de cidades intermediárias, como Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Mandaguaçu, Cambira e Pirapó, e caminhando em direção a Alto Paraná e Paranavaí. Por ter o atual Governo pago à USELPA, em face do convênio existente, 60 milhões de cruzeiros e assegurado, para o corrente exercício, uma quota de 300 milhões, ainda neste ano será executada a extensão da rede a Porecatu, Florestópolis, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Miraselva, Jaguapitã, Guaraci, Lupionópolis, Centenário do Sul, Cafeára, Sabáudia, Astorga, Bom Sucesso, Marumbi, Caloré, Ourizona, São Jorge, Califórnia, Araruva, Iguaçu, Munhoz de Mello e Santa Fé, com o que se procura dar amparo à região que mais rapidamente se desenvolve no Estado; o prosseguimento da construção da Usina Termelétrica de Figueira, em Curiúva, fornecendo 20.000 Kw. a Ponta Grossa, há anos mergulhada em crônica falta de energia elétrica, fator de retardamento do seu progresso; o prosseguimento da construção das Usinas do Rio Mourão, a fim de permitir, ainda neste exercício, a instalação de mais 1.500 Kw. e, em seguida, para estar pronta em 18 meses, a Usina de Mourão I, já atacada, achando-se em elaboração o projeto da Mourão II, somando o conjunto 25.000 Kw. para atendimento da região centro-oeste. No mais curto prazo, será iniciada a construção da Usina de Foz do Chopim, para abastecer as regiões oeste e sudoeste; Chopim I, que fornecerá, já em 1962, em sua primeira fase, 1.500 Kw.; do Rio Laranjinha, primeira etapa, com 500 Kw., e do rio Ocoí, com mais 1.300 Kw.. De outra parte, já foi aberta concorrência pública, devendo ser iniciada dentro em breve a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, que fornecerá 14.000 Kw. às re-

giões sul e sudoeste, principalmente a União da Vitória, achando-se em estudos o aproveitamento total do potencial, estimado em 150.000 Kw. Vale destacar, também, que já foi elaborado o projeto da grande Usina Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira, com potencial de 230.000 Kw., sendo encaminhado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para fins de financiamento, e para construção de cuja barragem assinei há dias um convênio com o Ministério de Viação e Obras Públicas, alcançando o custo total da obra a cifra de 13 bilhões de cruzeiros. O Plano de Eletrificação do Estado, de prazo longo, prevê um investimento total de 25 bilhões de cruzeiros até 1965 e o fornecimento de 350.000 Kw.. As obras até agora realizadas, pela COPEL e UTEFA, exigiram a aplicação de mais de 1 bilhão de cruzeiros, devendo, no corrente ano, também de recursos próprios, ser aplicados mais de 3 bilhões. Releva mencionar que o Paraná, através do Governo, fornecia ridícula quantidade de energia elétrica até 1960.

No segundo setor — o de rodovias — cujo atendimento representa importância marcante para solução dos problemas de infra-estrutura, foram concluídos, em pouco mais de um ano, 90 quilômetros de estradas asfaltadas, valendo recordar que, nos últimos dez anos, apenas 250 quilômetros haviam sido construídos. A conclusão da estrada de Ponta Grossa, na Rodovia do Café, exigindo a aplicação de cerca de 500 milhões de cruzeiros, representa esforço e trabalho diuturnos, podendo também ser mencionados os trechos entre Maringá e Marialva, Mandaguari e Marialva, Apucarana-Califórnia e Cambará e Andirá e o reinício da construção da rodovia Curitiba-Paranaguá, onde os pequenos trechos levados a cabo antes da atual gestão representavam espetáculo melancólico para todos os que deles tinham necessidade de fazer uso.

Nesse setor, o esforço do meu Governo concentra-se na Rodovia do Café, ligando Paranaguá a Paranavaí, que espero vêr concluída ainda na gestão em curso, pois representa via básica para a economia do Paraná e cujo sentido é, também, o de atrair para o nosso principal pôrto a massa da produção do Estado, impedindo-a de se evadir, como vinha acontecendo, para outras unidades da Federação por falta de boas vias de escoamento. Destaque-se, ainda, que todas as concorrências

públicas para construção de estradas no Paraná já foram realizadas pelo D.E.R.

É de se mencionar, também, que diversas pontes foram construídas e outras acham-se em obras, num total de 1.304 metros, com investimento de cerca de 200 milhões de cruzeiros. Entre elas, vale citar as pontes sobre os rios Jaguariaiva, 5 Bôcas, 5 Reis, Invernada, Itararé, Pelame, Funil, Sengés, Cambará, Ponte Alta, Figueira e Andirá, concluídas, e, em andamento, Viaduto Califórnia, e pontes sobre os rios Barrinha, Ivaí, Samambaia, do Peixe, Cajuru e outros.

Concluindo o plano de energia elétrica e rodovias, o Paraná terá asseguradas as bases indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, deixando de ser, como o é ainda, um mero centro produtor de matérias primas a se descapitalizar incessantemente pela ausência de meios de fixação locais e a impedir a valorização dos brasileiros do Paraná, em favor dos quais é que o meu Governo tem dedicado todos os recursos de sua capacidade, pois nenhum valor teria o sentido apenas material das obras.

Considerando que a agricultura é elemento básico da prosperidade do Estado, a minha administração tem a ela dedicado especial carinho e atenção, a fim de dar ao trabalhador da terra e dos campos meios para se emancipar de sua tradicional falta de recursos e elevar a índices de atendimento da demanda, não só do Estado como do País, a produção agro-pecuária do Paraná. Para isso, o atual Governo conseguiu pôr em funcionamento, praticamente em todo o Estado, 148 máquinas agrícolas importadas pela gestão anterior e pagas agora e que se achavam retidas no porto de Paranaguá por falta de aval que as liberasse. 520.000 sacas de sementes de algodão e 10.000 de trigo foram distribuídas a agricultores no ano passado, visando fomentar a produção. De outro lado, para melhoria da pecuária de corte, 700 touros de raça foram cedidos, por troca, a criadores, devendo mais 1.500 o serem neste ano, e, para fomento da pecuária leiteira, «garrotes» holandeses são vendidos pelo Governo a interessados a preços sensivelmente inferiores aos do comércio. Cumpre citar, ainda, que, para garantia da produção, diversos armazéns para cereais serão construídos no Estado, já tendo a Companhia Paranaense de

Silos e Armazéns (COPASA) aberto concorrência para as unidades que serão localizadas em Campo Mourão, Guarapuava, Irati e Pato Branco. Assistindo o lavrador, a Fundação de Assistência ao Trabalho Rural (F.A.T.R.) já instalou no Estado 10 postos, que prestam serviços médicos, odontológicos e jurídicos ao trabalhador do campo.

Com o intuito de racionalizar a agricultura, livrando-a da dependência hoje quase exclusiva da monocultura cafeeira, o Governo elaborou o Plano de Diversificação da Lavoura, cujos contornos práticos se comprovam pelo fato de ter sido tomado como norma pela Escola Nacional de Agronomia. Finalmente, com o desejo de colaborar com o Governo Federal na eliminação da ameaça de fome que começa a rondar o povo brasileiro, o meu Governo elaborou e ofereceu-lhe o Plano de Alimentos para o Brasil, documento que vem sendo, pela sua validade técnica, assunto de repetidos comentários de tóda a imprensa nacional.

Como elemento indispensável ao conforto das populações, diversas obras foram executadas nos setores de água e esgotos, estando outras em desenvolvimento. No primeiro caso, incluem-se as cidades de Apucarana, Araçongas, Rolândia, Ribeirão Claro e Lapa. No segundo, Paranaguá, Castro, Irati, Palmeira, São João do Triunfo, Foz do Iguaçu, Rio Negro, Pirai do Sul, Bandeirantes, Marialva e Campo do Mourão.

Neste ponto da administração, folgo em esclarecer que, brevemente, estarão concluídos os serviços de aproveitamento do Rio Iraí, graças aos quais Curitiba receberá mais quarenta por cento sôbre o volume de água potável atualmente fornecido à cidade, abastecendo-a de maneira a evitar a deficiência que, há tantos anos, vem se verificando do precioso líquido nesta Capital.

O problema de terras do Paraná caminha, felizmente, para sua solução definitiva, assegurando ao homem que realmente a trabalha o direito de posse. Milhares de alqueires, principalmente no Sudoeste, tiveram, pelo Governo Estadual, normalizada a sua situação, até então de posse duvidosa ou litigiosa. A paz social, principal reivindicação do povo generoso daquela região, voltou a reinar, para a qual releva mencionar a valiosa colaboração do Governo Federal.

No setor educacional, o meu Governo, no seu primeiro ano de atividades, embora sem perder de vista o conjunto, preocupou-se em suprir as deficiências mais urgentes, ou seja, construindo e fazendo funcionar novas escolas. Agora, está lançando as bases para a adoção do plano racional e definitivo de educação, que deverá estar intimamente ligado aos planos de desenvolvimento econômico e social do Estado. Como objetivo imediato, deverá ser elaborada, neste ano, a lei estadual de Diretrizes e Bases da Educação, ocasião em que será reformulada toda a legislação de ensino no Paraná, a fim de adaptá-la à nova legislação federal, estabelecendo as condições necessárias à execução do Plano Educacional do Governo. Simultaneamente, com o objetivo de livrar das trevas da ignorância mais de um milhão de brasileiros do Paraná, o Executivo lançou o Movimento Estadual Contra o Analfabetismo (MECA), cujas delegações hoje se espalham por quase todo o Estado, obtendo largo aproveitamento e já podendo ser anunciado que mais de 200 analfabetos estão sendo recuperados por dia.

Preocupado em racionalizar as atividades do Poder Público, a atual gestão governamental está realizando a reforma administrativa, cujo sentido é o de centralizar para planejar e descentralizar para executar. Essa reforma começou com o Plano de Classificação de Cargos e Funções do Funcionalismo Público, que extinguiu o protecionismo e estabeleceu o regime de mérito no seio da operosa classe. Dentro desse plano, já se encontra a transformação do D.E.R. — D.A.E.E. — D.A.E. — A.P.P. e I.B.P.T., em autarquias estaduais.

Consciente de que, com a arrecadação normal, não seria possível executar os planos administrativos de longo alcance imperiosamente reclamados pelo povo e pelo progresso do Estado, o meu Governo procurou criar novas formas de obtenção de recursos extra-orçamentários e de aplicação fora do alcance das crônicas barreiras burocráticas, daí surgindo a Companhia Agro-Pecuária de Fomento Econômico (CAFÉ DO PARANÁ) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), encarregada, a primeira, de incentivar e financiar as atividades agrícolas e pecuárias, e, a segunda, de financiar outros setores de intra-estrutura do Estado, principalmente o de energia elétrica, além da atividade empresarial privada de

fins reprodutivos. Destaco a organização da CODEPAR, cujos fundos, obtidos sobre o imposto de Vendas, Consignações e Transações, atingirão a cerca de 20 bilhões de cruzeiros em 5 anos.

Para se aquilatar da importância das atividades da CODEPAR, basta que se mencione que, no corrente ano, ela financiará obras rodoviárias no valor de 700 milhões de cruzeiros, em virtude do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ter transferido para 1963 recursos federais destinados ao Paraná nesse montante; obras de energia elétrica na importância de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros, para a COPEL, e 200 milhões à UTELEFA; obras de construção de estabelecimentos de ensino em 500 milhões de cruzeiros e 320 milhões à CAFÉ DO PARANÁ, para ajuda à agricultura e à pecuária.

Certo de que o Paraná, assistido pelo poder central, muito poderá ajudar ao Brasil em sua libertação econômica, encaminhei aos órgãos de financiamentos federais diversas solicitações de recursos para complementação daquêlêes que o próprio Estado vem aplicando na realização de obras de relevante sentido econômico e social. Tenho encontrado, de parte do ilustre Presidente João Goulart e de membros do Conselho, a melhor boa vontade para com a solução dos problemas paranaenses, e a compreensão de que as aplicações feitas neste Estado se reproduzirão em favor do próprio País. O Chefe da Nação vem merecendo, do Executivo do Paraná, a confiança e o apoio que a sua conduta serena e equilibrada se faz credora.

Continuaremos, estou certo — Governo do Estado e da União — a trabalhar dentro do mais alto espírito democrático e cristão, pelo bem comum, infensos a quaisquer outras influências que não sejam por êle ditadas, convencidos de que nada deterá o Brasil em sua evolução histórica. Representantes de uma parcela do povo brasileiro, devemos batalhar ao lado dos que têm sensibilidade humana, dos que põem na alma a realidade presente, de muita angústia e de muito sofrimento, para que continuemos a desfrutar da liberdade que somente o regime democrático assegura. Essa liberdade não pode ser sufocada nem pelos gananciosos que fazem do lucro a razão de sua vida, nem pelos que, negando a Deus, se escravizam ao Estado.

Relatei a Vossas Excelências o trabalho realizado pelo

meu Governo no primeiro ano de atividades. Acompanham esta introdução os detalhes ilustrativos da obra levada a cabo, bem como os planos de longo alcance elaborados para garantia do futuro do Paraná. Dificuldades ainda existem, mas os instrumentos de ação que criamos permitem que olhemos com mais esperanças para os problemas ainda a equacionar.

Tenho consciência de que, na medida de suas possibilidades, o meu Governo tudo tem feito para corresponder aos justos anseios dos que me confiaram a suprema honra e a grave responsabilidade de administrar o nosso Estado, amparado pela confiança do povo, que nunca me faltou, e obediente aos sentimentos cristãos inspirados por Deus.

Curitiba, 1º de Maio de 1962

NEY BRAGA

GDS
CC

I — INTRODUÇÃO

I — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA

1) A Economia Paranaense e a Conjuntura Nacional

Ao longo do período abrangido pela presente Mensagem vimos a economia brasileira prosseguir em sua marcha, no sentido de seu desenvolvimento em bases nacionais. O processo de industrialização, surgido como consequência dos reflexos internos da Primeira Guerra Mundial, apressado ao longo da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, mostra-se cada vez mais firme, tendo já se transformado no centro dinâmico de nosso próprio desenvolvimento.

As crises de natureza política que eclodiram durante o ano que transcorreu, mostraram não apenas a dedicação do povo brasileiro à democracia representativa, mas também a solidez do desenvolvimento econômico já conseguido.

Estimativas dignas de crédito atribuem à economia brasileira, em 1961, uma taxa de crescimento real de aproximadamente 9%, ao par com as mais elevadas do mundo inteiro. Registrada em um ano conturbado como foi o que passou, muito nos diz dessa solidez, e muita confiança nos dá no futuro de nossa terra.

A confiança não nos deve porém fechar os olhos à realidade dos obstáculos e dificuldades que se antepõem à marcha ascendente do Brasil. Condicionado por razões históricas a uma região do país, o surgimento e posterior desenvolvimento do centro dinâmico industrial, protegido pela nação como um todo, mas beneficiando quase exclusivamente a região onde

surgiu, veio acentuar contrastes e trazer à luz diferenças entre as diversas regiões do país, diferenças estas que o prosseguimento do processo viria a alargar cada vez mais.

A consciência dêsse problema já de há muito se manifestava entre os responsáveis pelos destinos do país, porém foi exatamente no período coberto por esta Mensagem que, pela primeira vez, medidas concretas foram tomadas no sentido de, sem levar à estagnação o centro dinâmico, estimular o desenvolvimento das regiões periféricas.

Sendo uma das regiões periféricas, o Paraná viu com satisfação as novas perspectivas abertas pelos critérios adotados durante o período e pelas medidas práticas já tomadas.

A economia paranaense desenvolveu-se em 1961 ao longo de sua estrutura exportadora de bens primários. Seu dinamismo foi, como desde já há muito, ditado pela cultura cafeeira. Apesar da inexistência de dados, é lícito supor que seu crescimento tenha sido pelo menos proporcionalmente igual ao da economia brasileira.

As exportações de café, principal indicador do estado geral de nossa economia, apresentaram sensível acréscimo em relação ao ano anterior, como vemos pelo quadro abaixo:

Anos	Sacas	Milhões de cruzeiros	Milhares de dólares
1959	3.845.299	11.172	170.679
1960	2.232.832	7.900	97.495
1961	3.321.219	16.453	142.344

Sem alcançar o ano excelente de 1959, as exportações em 1961 voltaram a alcançar o nível médio mantido na última década.

Convém ainda analisar a evolução da política econômica e financeira da União e seus reflexos diretos e indiretos sobre a economia paranaense de

um modo geral e sôbre o setor público do Estado em particular.

As repercussões imediatas da política iniciada pela Instrução 204 da SUMOC foram negativas, elevando os custos das emprêsas, principalmente no que se refere aos transportes e, conseqüentemente, os níveis de preços ao consumidor.

O setor público sentiu imediatamente os reflexos altistas dessa política, vendo aumentar suas despesas indispensáveis, mórmente em combustíveis.

Por outro lado, a retirada do subsídio representado pelo câmbio preferencial dado à importação de determinados produtos, beneficiará aos produtores nacionais, e em dois dêsses produtos (papel e trigo) o Paraná possui condições de substituir as importações nacionais. Os esquemas de financiamento e participação societária autorizados posteriormente neutralizaram o aspecto negativo que a nova política cambial apresentava, no que se refere à importação de bens de capital.

A política iniciada pelo Govêrno empossado em janeiro de 1961 era fundamentalmente anti-inflacionária. Essa característica vem sendo mantida pelo atual Gabinete. Não cabe aqui discutir as razões do processo inflacionário brasileiro nem as medidas necessárias à sua atenuação. É indiscutível porém que em 1961 o processo acelerou-se ainda mais, não apenas pelo acúmulo de causas oriundas do período anterior, como também devido às medidas tomadas para enfrentar fenômenos ocorridos durante o exercício.

Acreditamos que as medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros, visando reduzir as pressões inflacionárias no corrente ano, postas em prática, venham clarear as perspectivas para o futuro imediato.

2) As Finanças Públicas

Nunca será demais repetir que a própria condição de sub-desenvolvimento da economia paranaense,

com sua base no setor primário e sua estreita dependência de um único produto, dificulta a arrecadação de recursos para o setor público, além de tornar aleatória qualquer previsão financeira a prazo longo.

Quando às condições acima mencionadas se soma uma conjuntura como a do Paraná de hoje, com sua população dobrada em uma década, e naturalmente pressionando para o atendimento pelo Governo de suas necessidades sociais, e quando se recorda ainda que, para corrigir esse quadro, é necessário realizar investimentos de grande monta, é fácil compreender não apenas a complexa gama de problemas de ordem financeira que assobrem a administração, como a necessidade imprescindível de que essa administração saiba comportar-se e agir dentro de princípios de moralidade que, se desrespeitados, podem facilmente causar danos irreparáveis às perspectivas da evolução do Estado.

Todos sabem a situação em que se encontravam, a 31 de janeiro, as finanças públicas estaduais. Um longo período de mau emprêgo dos recursos públicos legava uma dívida exigível de 12,4 bilhões de cruzeiros, dos quais 1,8 bilhões em vencimentos atrasados, com grande parcela do funcionalismo há meses sem receber a remuneração devida a seu trabalho. Mais sério do que tudo isso era o descrédito do Estado, e a quase insolvência do Banco do Estado, sob intervenção, com 2,5 bilhões devidos à Caixa de Mobilização Bancária, 1,5 bilhões de empréstimos praticamente perdidos, um deficit operacional semestral de cerca de 50 milhões e aos depósitos num mínimo de 1,2 bilhões.

O ano de 1961 foi, e é fácil compreendê-lo, financeiramente difícil. A situação acima descrita somou-se a tendência cíclica da arrecadação, que somente começou a crescer a partir do início da safra de café, que lhe serve de base.

Graças à cooperação e à compreensão de todos os brasileiros do Paraná, e ao esforço e dedicação dos

que trabalham para o povo, e, principalmente, devido à confiança que a administração soube despertar, e saberá manter até o fim, conseguimos ultrapassar o pior, e podemos hoje, através dos dados que acompanham estas palavras, pintar o retrato de uma situação que, se continua difícil, permite-nos ter fé e confiança no futuro.

A execução orçamentária do exercício de 1960 pode ser assim resumida (em milhões de cruzeiros):

Receita:	10.781
Despesa:	15.754
	<hr/>
Déficit:	4.973

A Proposta Orçamentária para 1961, enviada ao Legislativo pelo Governo anterior em meados de 1960, era a seguinte (em milhões de cruzeiros):

Receita:	12.396
Despesa:	14.002
	<hr/>
Déficit:	1.404

Não tendo sido aprovada pelo Legislativo, vigorou então para o exercício de 1961 o mesmo Orçamento aprovado pela Lei 4121, de 24 de novembro de 1959, para 1960, e cujas bases eram as seguintes (em milhões de cruzeiros):

Receita:	9.695
Despesa:	11.940
	<hr/>
Déficit:	2.245

Se a proposta enviada pelo Executivo já era irreal, apresentando para 1961 despesa menor que a que seria efetivamente realizada em 1960, o Orçamento para 1960, aplicado em 1961, estava totalmente afastado da verdadeira situação que seria encontrada durante sua execução.

A execução contábil do exercício de 1961 apresentou o seguinte resultado (em milhões de cruzeiros):

Receita:	16.591
Despesa:	15.176
	<hr/>
Superavit:	1.415

A simples comparação do modesto superavit conseguido com o déficit apresentado no exercício anterior, analisados em função das realizações concretas em ambos exercícios, mostra como, apesar das dificuldades estruturais, é possível administrar os recursos públicos em benefício da economia estadual.

Passadas as dificuldades dos primeiros meses (de janeiro a junho a arrecadação tributária correspondeu apenas a 38,7% do total do exercício) durante os quais foram adotadas medidas positivas de contenção de despesas, a situação financeira veio apresentar panorama mais animador.

Em 9 de junho de 1961 foi conseguido um empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros do Banco do Brasil, aliviando o Estado de verdadeiro estrangulamento em que se encontrava o Tesouro.

Em estreita colaboração com os órgãos executores, a Secretaria da Fazenda elaborou e pôs em prática diversos esquemas de liberação de recursos, tanto para a realização de obras novas como para o pagamento de compromissos inadiváveis.

Uma análise pormenorizada da Receita pode ser tomada do quadro abaixo, que mostra o total arrecadado por rubrica durante 1961:

Denominação	Valor
Impostos	
Territorial	111.874.309,60
Transmissão de Propriedade	
«Causa Mortis»	84.919.314,30
Transmissão de Propriedade	
«Inter Vivos»	501.099.065,60

Vendas, Consig e Transações	11.937.934.854,50
Exportação de Erva Mate	
Cancheada	12.744,00
Exportação de Madeiras	154.861,00
Exportação de Algodão	844.637,40
Exportação de Café	749.877,60
Exportação de Diversos	14.121,20
Sêlo	171.840.610,80
Bebidas Alcoólicas	26.161.481,70
	<hr/>
Total dos Impostos	12.835.605.877,70
 Taxas	
Valorização Agrária	20.257.118,80
Serviço de Trânsito	101.816.185,10
Assistência Social	34.981.049,20
Aposentadoria dos Serven- tuários da Justiça	9.230.277,00
Emolumentos e Custas	
Judiciárias	13.309.384,20
Sôbre o Café	29.969.350,90
Fiscalização do Leite	716.124,20
Demarcação de Terras	25.697.299,20
Classificação de Batatas	0,00
Eletrificação	1.193.854.321,40
	<hr/>
Total de Taxas	1.429.831.110,00
Total da Receita Tributária	14.265.436.987,70
 Receita Patrimonial	
Aluguéis de Próprios	
do Estado	6.000,00
Afôramento de Terras	335,10
Juros de Depósitos	6.849.527,90
Dividendos de Ações do Banco do Estado	8.765.277,00
	<hr/>
Total da Receita Patrimonial	15.621.140,00

Recenta Industrial	
Depart. de Água e Esgôtos ..	144.855.086,30
Departamento de Águas e Energia Elétrica	14.128.887,30
Departamento de Estradas de Rodagem	43.091,80
Secretaria de Agricultura e Repartições Subordinadas	0,00
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	960.000,00
Penitenciária do Estado	404.774,50
Secretaria de Saúde e Repartições Subordinadas ...	2.565.779,40
Imprensa Oficial do Estado ..	12.719.710,20
	<hr/>
Total da Receita Industrial ..	175.677.290,50
Receita de Diversos	
Fundo Rodoviário Nacional ..	200.672.023,10
	<hr/>
Total da Receita de Diversos	200.672.023,10
Receita Extraordinária	
Vendas e Legitimação de Ter- ras	44.955.886,10
Vendas de Bens e Próprios do Estado	1.252.670,00
Cobrança da Dívida Ativa ..	7.089.284,20
Quota de Fiscalização de Con- tratos	24.000,00
Contribuição dos Municípios para o Serviço de Saúde ...	8.029.221,30
Contribuição do Montepio dos Funcionários Cíveis e Milita- res do Estado	3.528.862,80
Operações de Crédito	1.000.000.000,00
Renda Eventual	751.747.836,30
	<hr/>
Total da Receita Extraordiná- ria	1.816.627.760,70

Receita dos Serviços Autônomos	
Administração do Pôrto de	
Paranaguá	116.979.872,30
	<hr/>
Total da Receita dos Serviços	
Autônomos	116.979.872,30
	<hr/>
Total Geral da Receita	16.591.015.074,30

Vemos que a base da Receita é, como sempre, o imposto sôbre vendas, consignações e transações, que corresponde a 83,7, da Receita Tributária e a 71,1% do total arrecadado em todas as rubricas.

Do total da Receita, caso se subtraíam entradas m̀eramente contábeis (como os Restos a Pagar de .. 1956 incluídos na Renda Eventual), e as operações de crédito, verifica-se que o efetivamente arrecadado aos contribuintes alcançou a 12.834 milhões.

A arrecadação acha-se, outrossim, concentrada em determinadas áreas geo-econômicas. Das 247 exatarias apenas 36 arrecadaram mais de 100 milhões no exercício. A essas 36 cabem 60% da arrecadação efetiva.

O incremento de 53,9% verificado em 1961 sôbre 1960 deve-se a diversos fatores, entre os quais convem salientar o recebimento do empréstimo já mencionado do Banco do Brasil, o processo inflacionário, o próprio crescimento da economia sôbre a qual incidem os tributos e, por último, mas também importante, a melhoria da máquina arrecadadora, através da campanha lançada pelo Gov̀erno em meados do exercício, da dinamização da fiscalização e do reequipamento e moralização dos órgãos encarregados do setor fiscal.

Analisemos agora as despesas realizadas no exercício. Dentro dos critérios fixados pela Lei Orçamentária então em vigor, a despesa por elemento foi a seguinte (em milhões de cruzeiros):

Pessoal Fixo	5.288
Pessoal Variável	3.211

Material Permanente	3.320
Material de Consumo	759
Despesas Diversas	2.538
	<hr/>
Despesa Orçamentária	15.117
Créditos Especiais	59
	<hr/>
Total Geral	15.176

Vemos que a despesa com pessoal foi mantida nos 8.499 milhões (56% do total), como afirmavamos na primeira Mensagem deste Governo.

Se as despesas de pessoal cresceram em 75,6% de 1960 a 1961 (de 4.842 a 8.499 milhões), devido ao aumento autorizado pela Lei 14 de 19 de outubro de 1960, foram menores do que teriam sido se o Governo não agisse severamente sobre as nomeações concedidas no fim da administração anterior.

No que se refere às despesas de material de consumo, o exercício de 1961 apresenta uma redução de 38,6% (de 1.232 a 756 milhões), apesar da elevação dos níveis de preços. A moralidade no trato com os fornecedores é responsável por grande parte dessa redução.

No que se refere à repercussão dos gastos públicos sobre a economia estadual, deve ser analisado o quadro abaixo, que mostra o desdobramento da despesa nos critérios adotados presentemente (em milhões de cruzeiros)

Custeio	9.480
Transferência Correntes	1.453
Investimentos	4.243

A visão da destinação da despesa é dada pelo quadro abaixo, onde vemos sua distribuição por órgão (em milhões de cruzeiros: despesa orçamentária):

Órgão	Despesa
Assembléia Legislativa	227.859.935,50
Palácio do Governo	25.403.033,20

Secretaria do Govêrno:

Secretaria do Govêrno	30.293.687,60
Departamento de Turismo e Di- vulgação	28.658.573,80
Departamento Estadual de Com- pras	19.813.396,60
Departamento de Assistência Técnica aos Municípios	35.437.551,30
Departamento de Geografia e Ter- ras e Colonização	148.568.064,20
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	73.235.016,90
Biblioteca Pública do Paraná ...	17.418.422,10
Serviço de Assistência ao Servi- dor Público	15.732.513,30
Outras Repartições	60.889.994,00
<hr/>	
Total da Secretaria do Govêrno ...	430.047.219,80
Tribunal de Contas	60.323.228,00
Tribunal de Justiça	118.466.711,40
Magistratura	178.542.363,40
Secretaria do Interior e Justiça	1.320.365.604,10

Secretaria da Fazenda:

Unidades Administrativas	495.630.374,70
Administração Geral do Estado ..	1.239.815.333,80
<hr/>	
Total da Fazenda	1.735.445.708,50

Secretaria de Viação e Obras Públicas:

Departamento de Edificações ...	1.172.462.184,80
Departamento de Água e Esgôtos	403.228.045,50
Departamento de Águas e Ener- gia Elétrica	1.186.756.851,40
Departamento de Estradas de Ro- dagem	2.967.306.609,60

Administração do Pôrto de Pa- ranaguá	94.195.512,70
Comissão da E.F. Central do Pa- raná	3.179.176,00
Departamento Aeroviário	36.603.787,30
Outras Repartições	26.757.677,90
Total da S.V.O.P.	5.890.489.845,20
Secretaria de Agricultura	489.852.430,50
Secretaria de Educação e Cultura	3.003.393.465,90
Secretaria de Saúde Pública	764.796.375,50
Chefatura de Polícia	574.173.063,50
Secretaria do Trabalho e Assistên- cia Social	298.242.284,00
Total Geral	15.117.401.268,50

Vejamos agora a evolução do endividamento do Estado.

O Balanço Patrimonial do exercício de 1960 mostrava um Passivo Financeiro da ordem de 9.912 milhões.

Ao findar o exercício de 1961 o Passivo Financeiro alcançava a casa dos 9.569 milhões.

Em nossa Mensagem de 1º de maio de 1961, ao pintar com as tintas fortes da verdade a situação financeira encontrada, dizíamos que o Paraná não podia parar para pagar o que tinha sido malbaratado anteriormente. As realizações dêste Governo, espelhadas nas páginas seguintes, mostram que não apenas o Paraná não parou, como avançou mais celeremente que antes. A diminuição real de seu endividamento mostra por outro lado que, apesar disso, muito foi feito no sentido de reduzir a carga de compromissos que encontramos.

Uma melhor compreensão da dívida referida nos é dada por sua especificação (em milhões de cruzeiros)

De 1957	57,1	0,7	57,8
De 1958	142,1	15,7	157,8
De 1959	79,3	45,0	124,3
De 1960	1.419,3	1.356,9	2.776,2
De 1961	2.834,4	2.515,7	4.417,4
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total ..	4.532,2	3.934,0	8.466,2
Depositos de diversas origens			968,1
Diversas Contas			134,3
			<hr/>
Total Geral			9.568,6

Deve ser salientado que entre os Restos a Pagar processados de 1961 figuram 932,6 milhões de vencimentos, em sua maior parte pagos nos dias imediatamente posteriores a 31 de dezembro de 1961.

A Dívida Fundada interna viu-se aumentada no exercício de 1.341,1 milhões para 2.414,6 milhões em vista do empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em 9 de junho de 1961.

A Dívida Fundada externa, reavaliada em razão da depreciação do Cruzeiro, alcançou, em 31 de dezembro de 1961, a 185,3 milhões.

Esse o quadro atual. Não é demais repetir que, se a mera redução real dos compromissos do Estado já é uma vitória desta Administração, essa redução, comparada com o ritmo de realizações, é uma demonstração definitiva do que uma Administração honesta tem o dever de realizar.

Outro setor em que a situação mostrou firme tendência para melhor durante o período foi no Banco do Estado do Paraná S. A.

Com um trabalho sério e bem estruturado, a atual Diretoria do Banco conseguiu elevar os depósitos, em um ano, de 1,2 para 3,7 bilhões. O déficit operacional foi substituído, no segundo semestre de 1961 por um lucro de 70 milhões. Os recolhimentos obrigatórios à SUMOC, que não se vinham realizando desde 1956

foram reiniciados. Tudo isso serviu para recuperar integralmente no conceito público nosso estabelecimento de crédito, que passara pela mais séria crise de sua vida.

Em cumprimento aos preceitos constitucionais o Executivo enviou à Assembléia a Proposta Orçamentária para o exercício de 1962, que pode ser resumida assim (em milhões de cruzeiros):

Receita	18.551
Despesa	23.161
Déficit	<u>4.610</u>

A Lei 4479 de 16 de novembro de 1961 aprovou o Orçamento dentro do esquema seguinte (em milhões de cruzeiros):

Receita	22.244
Despesa	32.728
Déficit	<u>10.484</u>

Afora inovações de ordem técnica, como a nova codificação empregada, e de ordem administrativa, como no que se refere aos orçamentos das autarquias e sua execução, o Orçamento para 1962 retrata, com a máxima precisão possível, os programas do Governo para êste exercício.

Em função da magnitude do déficit autorizado pelo Orçamento, o Poder Executivo organizou um Plano de Aplicação, fixando as prioridades a serem seguidas na execução orçamentária.

Não poderíamos encerrar sem uma ligeira referência às perspectivas financeiras. Os prognósticos são alvissareiros. No mês de fevereiro do corrente a arrecadação efetiva foi três vêzes maior do que no mês correspondente de 1961. É possível prever-se que a Receita atinja ou ultrapasse sua previsão orçamentária,

mesmo contando com a redução causada pela entrada em vigor da Emenda 1-A da Constituição Federal que passou aos Municípios a cobrança dos impostos territorial e sôbre transmissão de propriedade «inter-vivos» (Essas rubricas forneceram, respectivamente 112 e 501 milhões em 1961, estando previsto 500 e 1.000 milhões para 1962).

A política de gastos continuará a mesma. O Governo prossegue concentrando seus esforços na solução dos problemas básicos de infra-estrutura, para o que conta agora com o reforço do empréstimo criado pela Lei 4.529 de 12 de janeiro do corrente ano. Os gastos não essenciais prosseguirão reduzidos ao mínimo.

Prosseguiremos sem cessar no combate à sonegação. A compreensão do povo já contribuiu para melhorar a situação que encontramos, porém muito ainda precisa ser feito, e muito faremos.

3) A Política Econômica do Governo

É objeto básico dêste Governo, no setor econômico, a elevação dos níveis de vida da população paranaense. Não procuramos êsse objetivo pelas suas implicações exclusivamente materiais, mas por termos certeza de que sem o desenvolvimento econômico não será possível dar ao homem condições mínimas de justiça social e de desenvolvimento individual, compatíveis com nossa civilização cristã.

Pela própria estrutura constitucional do regime federativo, poucas são as armas de política econômica nas mãos dos Governos estaduais, e mesmo essas poucas, de nada valerão se contrárias frontalmente à orientação dada pelo Governo da União.

Com as armas que dispomos, e visando os objetivos acima expostos, tomamos medidas destinadas a modificar a atual estrutura econômica do Paraná.

O desenvolvimento econômico do Paraná exige

que passemos de nossa estrutura primária, de monocultura de exportação, para uma estrutura harmônica, em que o setor industrial e a pluricultura agrícola representem bases sólidas e estáveis.

A política do Governo orientou-se portanto, primordialmente, para o estímulo à industrialização do Estado, através de aproveitamento das matérias primas disponíveis dentro do nosso território.

É através da destinação das poupanças geradas por uma economia, que se condiciona seu desenvolvimento futuro. O setor cafeeiro é o grande gerador de poupanças da economia paranaense. Por diversas razões, cuja análise mais pormenorizada não cabe aqui, a maior parte do fluxo de capital assim gerado, tem sido destinado, ou a reinversões no mesmo setor, ou a investimentos fora do território estadual.

A política econômica dêste Governo dirigiu-se exatamente no sentido de fixar no território paranaense cada vez maior parcela das poupanças aqui geradas, além de paralelamente, atrair capitais de outras regiões para atividades básicas ao desenvolvimento do Estado.

Acreditamos que cabe ao setor público a realização dos investimentos básicos, necessários à criação de uma infra-estrutura, que possibilite o fomento à industrialização e à diversificação agrícola.

É exatamente nos setores básicos da infra-estrutura: energia e transportes, que se encontram os pontos de estrangulamento da economia paranaense. Em face dêsse fato, o esforço do Governo concentrou-se, no ano que passou, nos problemas dêsses setores, em cuja solução seria inútil todo o esforço no sentido do desenvolvimento do Paraná.

No mesmo grau de prioridade, o Governo agiu no setor agro-pecuário de modo a prepará-lo para responder aos estímulos que o alívio dos estrangulamentos mencionados lhe trará.

Tanto para a aplicação dos recursos acima mencionados, como para a ação positiva em outros,

torna-se necessário equiparar o Governo com instrumentos flexíveis, que permitam a ação dinâmica indispensável a uma política de desenvolvimento, e que não são fornecidos pela estrutura administrativa existente, surgida em condições diferentes das que hoje imperam.

Já encontramos alguns desses instrumentos, legados por administrações anteriores, mas todos em estado de descalabro administrativo e financeiro que os tornavam na realidade inúteis. Com esforço e dedicação esses organismos foram reequilibrados, estando hoje em situação de corresponder ao que deles o Paraná espera.

Este é o caso das sociedades de economia mista, (COPEL, UTEFA e COPASA,) das Fundações (Paranaense de Colonização e Imigração e de Assistência ao Trabalhador Rural) e da Caixa de Habitação Popular. Agindo cada um em seu setor específico, caberá a esses órgãos a execução dos planos do Governo.

Julgamos que esses instrumentos eram insuficientes, principalmente por não permitir levar sua ação flexível e dinâmica a dois setores que reputamos básicos: a agricultura e a indústria.

Dentro dessa concepção, apoiamos a criação da Companhia Agro-pecuária de Fomento Econômico do Paraná, destinada inicialmente ao fomento da produção de algodão e à mecanização agrícola já em operação.

Remetemos após a esta Assembléia o projeto que se transformou na Lei 4.529, de 12 de janeiro de 1962, instituindo o Fundo de Desenvolvimento Econômico e criando a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, destinada a gerí-la. Consideramos esse instrumento um dos mais importantes para o futuro do Paraná. Utilizará poupanças locais, captadas através de um empréstimo compulsório restituível, consolidando-as e transformando-as em agente catalizador para atração de soma muito maior de poupanças locais e externas.

Quer reforçando os recursos destinados à solução do problema de energia, quer permitindo investimentos em outros setores básicos, a CODEPAR auxiliará a criação de condições mínimas para a industrialização. Através do financiamento e da participação societária em auxílio ao setor privado, naqueles investimentos que apresentam maior interesse ao desenvolvimento da economia estadual, a CODEPAR, será de inestimável valia como instrumento de fomento e de orientação. Na destinação das poupanças locais e externas visando o surgimento daquela estrutura harmônica e diversificada a que já nos referimos.

III — EVOLUÇÃO SETORIAL DA ECONOMIA

1) Energia

a) Energia Elétrica

A mera comparação entre o potencial hidráulico disponível no Paraná e a insuficiência de capacidade geradora de energia elétrica é testemunho da distorção que sofreram os investimentos públicos no passado.

Em 1960 o potencial instalado para uso público, de energia de tôdas as origens, alcançava a apenas 100.000 kW., dos quais 22.800 kW. sob responsabilidade do setor público. Novo paradoxo salta a vista ao vermos que mais 90% da energia gerada pelo Estado, provinha de motores diesel, de custo elevado de produção.

A política governamental no setor visou inicialmente a solução dos problemas de escassez de energia em regiões críticas, assim como a substituição da energia de origem diesel pela hidráulica, mais barata.

O Plano de Eletrificação, de prazo longo, prevenindo um investimento total de 26 bilhões até 1965, (valores de 1961), pretende elevar o potencial disponível para 350.000 kW., interligando os diversos sistemas hoje independentes.

A responsabilidade pela execução da política de energia cabe às sociedades de economia mixta, Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e Usina Termo Elétrica de Figueira (UTELFA).

Esta última deverá iniciar seu funcionamento em

fim dêste ano, fornecendo 20.000 kW. para a região Centro-Sul do Estado.

A COPEL encontrava-se em situação financeira difícil no início do período, com receita operacional insuficiente para cobrir o custo de operação que somente em combustível e lubrificantes atingem 7 milhões de cruzeiros mensais, com um consumo, também mensal, de 814 mil litros de óleo diesel.

Com uma administração objetiva e eficiente, a COPEL conseguiu, em 1962, investir mais de 550 milhões de cruzeiros na solução dos problemas prioritários.

Foi construída a linha de transmissão das Usina Marumbi (pertencente à RVPSC) a Morretes e Paranaguá (48 Km.) assim como a linha de subtransmissão provisória até Antonina. Essas obras permitiram, em julho, levar energia hidráulica a Morretes e Antonina, e em dezembro a Paranaguá, num total de 4.000 kW.

Está sendo construída a linha de transmissão Londrina-Alto Paraná, que traz a energia obtida da USELPA para uma das regiões de maior desenvolvimento no Estado.

A primeira etapa, entre Londrina e Apucarana (41 Km.) foi concluída em cinco meses (setembro). Seguiu-se a conclusão do trecho Apucarana-Maringá (51 Km.), já em 1962.

Com a instalação e montagem de diversas subestações e linhas de sub-transmissão tornou-se possível o abastecimento de várias cidades além das mencionadas acima.

As obras prosseguem em ritmo acelerado, tendo a COPEL elaborado e apresentado ao B.N.D.E. (em março dêste ano) solicitação de financiamento. Posteriormente foi encaminhado ao GERCA solicitação no mesmo sentido. Além disso a COPEL recebeu financiamento em bases comerciais da firma fornecedora de equipamento de origem externa, no valor de 180 milhões de cruzeiros.

As linhas e subestações instaladas permitiram ofe-

recer ao consumo 9.500 kW. de energia de origem hidráulica, melhorando-se também a qualidade da energia fornecida.

A substituição da origem da energia representou uma economia mensal da ordem de 12 milhões de cruzeiros, com uma redução do consumo mensal de óleo diesel de 800.000 litros.

Em setembro foram iniciadas as obras de ampliação da usina pilôto do Rio Mourão, que permitirá, este ano, a instalação de mais 1.500 kW. para o atendimento da região.

A COPEL entregou em janeiro deste ano solicitação do financiamento ao B.N.D.E. para conclusão em 1963 de aproveitamento total, de 8.500 kW.

Visando o aproveitamento de todo o potencial do Rio Mourão, assim como a distribuição dessa energia (25.000 kW.) foi apresentada solicitação de financiamento ao GERCA.

Prosseguem em estágio avançado os esforços visando a construção da usina do Capivari-Cochoeira; o projeto foi encaminhado em agosto de 1961, estando próxima sua aprovação. Já foi assinado convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento para a construção de barragem do Rio Capivari. A usina, com capacidade final de 230.000 kW., terá sua primeira etapa concluída (incluindo linhas de transmissão) em 1967, 115.000 kW.

Já foi elaborado o projeto do aproveitamento pilôto do Salto Grande do Rio Iguaçu, com potencial de 14.000 kW., e que atenderá a região de União da Vitória. A obra deverá ser financiada pela CODEPAR. Acha-se em estudos o aproveitamento definitivo do Salto, cujo potencial pode ser estimado hoje em 150.000 kW.

Encontra-se em estudos o aproveitamento do último dos Saltos do Rio Chopim, junto à sua confluência com o Iguaçu, cujo potencial, estimado em 50.000 KW., deverá abastecer as regiões Oeste e Sudoeste.

Visando o atendimento imediato da região men-

cionada, foi prosseguida a construção da usina de Pato Branco (Chopim I) cuja primeira fase (1.500 kW) deverá entrar em funcionamento no segundo semestre de 1962.

O balanço financeiro do exercício apresentou os seguintes resultados, (em milhões de cruzeiros):

Receita	933,5
Despesa	924,5
	<hr/>
Superavit	9,0

A despesa pode ser resumida assim:

Operação e custeio	369,2
Investimentos diretos	397,4
Participações: UTEFA	137,6
CELUSA	20,0

A receita de operação foi de 107,7 milhões, contra uma despesa de custeio e operação de 369,2, dando um déficit operacional de 261,5.

O fornecimento de energia ao sistema a seu cargo atingiu 43,9 milhões de kW., representando um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

Enquanto se processa a passagem dos serviços e encargos do setor de energia para a COPEL, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, que futuramente será encarregado da elaboração e fiscalização da política de energia, prosseguiu as obras sob sua responsabilidade, concentradas no atendimento dos serviços pioneiros no interior.

Está sendo montada a primeira etapa de 500 kW. da usina do Rio Laranjinha.

Está sendo instalado o segundo conjunto diesel de 500 kW. em Cascavel.

Prosseguem as obras da usina hidro-elétrica do Rio Ocoi, atualmente fornecendo 1.750 kW. (instalados em março de 1961 e em fevereiro de 1962), e que até o fim do corrente ano produzirá 3.000 kW.

Incluindo outras obras menores entre as quais a recuperação de cerca de 60 motores diesel de pequeno

porte, o D.A.E. investiu 93 milhões de cruzeiros durante o ano de 1961.

Convém destacar ainda o aproveitamento inicial das Sete Quedas do Rio Paraná, em Guaira, sob responsabilidade da União. A primeira etapa da usina piloto já está em funcionamento, fornecendo 750 kW. Já estão prontas as instalações para as novas turbinas, que fornecerão 4.500 kW.

Os planos prevêm um aproveitamento crescente do potencial das quedas (que são os saltos de maior potencial hidráulico no mundo), em função da demanda das regiões a serem servidas.

O prosseguimento do Plano de Eletrificação dependerá da obtenção de financiamentos externos, alguns dos quais já foram mencionados acima. O Governo através da aplicação da taxa de eletrificação e dos recursos específicos a serem empregados através da CODEPAR, poderá dispôr, para o período 1961/1965, de um total de mais de 13 bilhões de cruzeiros (valores de 1961), que representam 50% do total dos investimentos previstos.

Essa participação do Estado, assim como a rentabilidade operacional que a COPEL obterá a medida que ampliar suas atividades, é a maior garantia de obtenção dos financiamentos necessários.

b) Carvão

O Paraná ocupa o terceiro lugar na produção brasileira de carvão de pedra. A produção vem decaindo, de um máximo de 100.000 toneladas em 1960 para apenas 50.000 atualmente. O problema deverá ser resolvido através da demanda criada pela usina termo-elétrica de Figueira, cujas obras foram aceleradas em 1961 visando seu início de funcionamento no corrente ano.

As reservas de carvão de pedra conhecidas no Paraná atingem aproximadamente 30 milhões de toneladas, o que significa uma garantia de fornecimento

de energia dessa origem por longo período. O governo do Estado realizou gestões no ano passado visando a execução pela União de trabalhos de pesquisa destinados a comprovar a existência de novas reservas suspeitadas.

c) Xisto-pirobetuminoso

O ano de 1961 assistiu o início da concretização da exploração das grandes reservas de xisto-pirobetuminoso do Paraná, na chamada «Formação de Iratí», que, extendendo-se de São Paulo ao Rio Grande do Sul, tem sua maior concentração de matéria prima em território paranaense, principalmente na área próxima à cidade de São Mateus do Sul.

Dentro da política nacional de monopólio estatal, caberá à Petrobrás S.A. a exploração das jazidas.

Os planos da Petrobrás prevêm inicialmente um investimento direto de 1,5 bilhões de cruzeiros em uma usina-pilôto na cidade de São Mateus do Sul, com produção diária de 1.000 barrís de óleo. Esta usina, cujo maquinário já está encomendado, deverá estar instalado em aproximadamente dois anos.

Após as experiências que a usina-pilôto permitirá efetuar, deverá ser construída, devendo entrar em operação no prazo estimado de sete anos, uma usina industrial, com produção entre 10.000 e 30.000 barrís diários.

No sentido de estabelecer um regime de cooperação entre o Estado e a Petrobrás, foram realizadas diversas reuniões em que se fixaram as medidas comuns indispensáveis à fase preparatória do investimento.

A Petrobrás deverá realizar um metuculoso planejamento sócio econômico da região produtora de modo a que a repercussão do investimento traga benefícios a tôda a população envolvida. Estão em andamento estudos referentes ao abastecimento de água, serviços hospitalares, escolas, abastecimento alimentar e fornecimento de energia.

Já foi assinado convênio entre o D.F.R. e a Petrobrás para melhoramentos na rodovia PR-5 no trecho Curitiba-São Mateus, a qual será posteriormente asfaltada, também com o auxílio da Petrobrás.

A exploração definitiva do xisto em caráter comercial, deverá significar, para o Paraná e principalmente para a região do Alto Iguaçu, o início de uma verdadeira revolução econômica. Somente o aproveitamento dos sub-produtos e resíduos permitirão o surgimento de um complexo industrial que modificará profundamente a própria estrutura paranaense.

2) Transportes

A formulação de uma política de transportes para o Paraná, indispensável à aplicação racional dos investimentos públicos, foi o primeiro passo dado por este Governo no setor.

Partimos do conhecimento da evolução seguida nos últimos anos pelo sistema de transporte do Paraná. Historicamente, o território do Estado serviu como corredor de ligação entre o centro dinâmico do país e a região pluricultora agro-pastoril do extremo sul. O único sistema paranaense era o que ligava o Planalto aos portos oceânicos.

Sobre essa estrutura desenvolveu-se o Norte do Estado e, mais próximamente, o Sudoeste e o Oeste. Pela própria origem dos movimentos econômicos causaram êsse desenvolvimento, as regiões mencionadas ligaram-se mais estreitamente aos centros de seu dinamismo (São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente) do que ao núcleo paranaense original.

Pouco ou nada foi feito anteriormente para corrigir essa situação. As linhas mestras da política de transportes que vem sendo seguida pelo Governo são exatamente as que se destinam a criar as vias de ligação necessárias à verdadeira unidade geo-econômica do Paraná.

A análise pormenorizada das atividades dos órgãos encarregados do setor de transportes na administração estadual mostrará de que modo os programas estabelecidos se ajustam à política global aqui mencionada.

a) Rodovias

O planejamento, execução e conservação das obras rodoviárias do Estado está, como é sabido, a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem.

A execução financeira do D.E.R. no exercício passado pode ser assim resumida (em milhões de cruzeiros):

Recursos entrados:

Contribuição do Estado	2.687
Fundos Federais	708
Auxílios da União	419
Arrecadação própria	117
Total	3.932

Despesa:

Pessoal	754
Material	560
Serviços, encargos e eventuais	303

Obras:

Construção	768
Pavimentação	652
Revestimento	85
Obras de especiais	164
Melhoramentos	35
Estudos, projetos e outras	15
Total	1.720
Total	3.337

A política rodoviária obedece à diretriz da interli-

gação das diversas regiões geo-econômicas através de rodovias asfaltadas.

O Plano Quinquenal Rodoviário elaborado pelo Governo da União corresponde aos interesses estaduais; o que assegura o fluxo de recursos necessários para a concretização do Plano Estadual.

Deverão estar totalmente asfaltadas até fim de ... 1965 os seguintes trechos rodoviários:

BR-35 — Paranaguá - Foz do Iguaçu, servindo para o escoamento da produção agrícola do Oeste e Sudoeste com destino a Curitiba, ao exterior e aos mercados nacionais (através da BR-2), sendo ao mesmo tempo a rota de saída rumo ao mar para o Paraguai.

Situação (por trecho):

Paranaguá - Curitiba: deverá estar concluída em fins de 1963.

Curitiba - Ponta Grossa: já concluída e em uso (Este trecho, iniciado há 10 anos, foi concluído em 11 meses, com o asfaltamento de 40% do total).

Ponta Grossa - Foz do Iguaçu: sob responsabilidade da União, devendo estar concluído até 1965.

BR-104 — Ponta Grossa - Paranavai, servindo basicamente para escoamento da produção cafeeira em direção a Paranaguá, pelo que é conhecida como Estrada do Café.

Situação (por trecho):

Ponta Grossa - Apucarana: já foram abertas todas as concorrências para terraplenagem, faltando apenas umas poucas para pavimentação. Em 1961 foram asfaltados 9 Km. Deverá estar concluída em 1963.

Apucarana - Maringá: já totalmente asfaltada.

Maringá - Paranavai: último trecho a ser atacado, devendo estar concluído em 1964.

BR-87 — Melo Peixoto - Cascavel (aqui o asfaltamento irá apenas até Jandaia do Sul), atual via de escoamento da produção cafeeira com destino a Santos e dos produtos alimentares com destino aos mercados do Centro Leste do País (Donde ser chamada Estrada dos Cereais).

Situação: êste ano ficará concluída a pavimentação dos trechos ainda não asfaltados entre Melo Peixoto e Jandaia do Sul, até 1965 deverá estar concluída a construção e revestimento primário dos trechos restantes.

BR-59 — Curitiba - Guaruva, servindo de ligação entre a região de Curitiba e a região agro-industrial do Nordeste de Santa Catarina.

PR-5 — Curitiba - Barracão, servindo para o escoamento da produção da região do Sudoeste e do Alto e Médio Iguçu.

O trecho Curitiba - São Mateus do Sul, indispensável ao aproveitamento do xisto pirobetuminoso deverá ser asfaltado. Para a implantação básica e melhoria dêsse trecho o D.E.R. já firmou convênio com a Petrobrás, da qual receberá 470 milhões de cruzeiros, parte como financiamento, parte como cooperação.

O trecho São Mateus - União da Vitória deverá ser asfaltado até o fim do período e o trecho da União da Vitória - Barracão receberá implantação básica.

PR-11 — Ponta Grossa - Itararé, servindo para o escoamento da produção das regiões centrais do Estado com destino aos mercados consumidores do Centro Leste do País. Deverá estar asfaltada até o fim do período.

Além dessas rodovias, o Plano Quinquenal do D.E.R. prevê obras nas seguintes:

Pavimentação asfáltica: Curitiba - Rio Branco do Sul.

Implantação básica e revestimento primário:

Campo Mourão - Relógio; Wenceslau Braz - Santo Antônio da Platina; Assaí - Congoinhas; Cornélio Procopio - Congoinhas, Santo Inácio - Peabiru; Carlópolis - Joaquim Távora; São Martinho - Porecatu, Umuarama - Maringá; Curitiba - Colombo; Alexandra - Matinhos; Centenário - Pôrto Alvorada; Jataizinho - Sertaneja.

Dentro do Plano Estadual o D.E.R. asfaltou em 1961 83 Km. assim distribuídos

BR-104:

Ponta Grossa - São Luiz do Purumã	42,0
Maringá - Mandaguari	25,0
Apucarana - California	9,0
	<hr/>
Total	76,0

BR-87:

Cambará - Andirá	4,3
Sta. Mariana - Bandeirantes	1,7
	<hr/>
Total	6,0

BR-14:

Melo Peixoto - Jacarézinho	1,0
--------------------------------------	-----

Em 1962 deverão ser entregues aos usuários mais 162 Kms. de rodovias asfaltadas, cujas obras já estão sendo executadas.

No que se refere a construção de estradas o D.E.R., em 1961 concluiu 10,8 Kms. Estão em andamento 328 Km. de novas rodovias. Um dado que demonstra a dinamização do órgão é que, em 1961, foram movimentados 142% mais metros cúbicos de terra do que no ano anterior.

No que se refere a obras de arte especiais, foram concluídas em 1961 obras no total de 1.116 metros de extensão, incluindo pontes de concreto armado como a da BR-11, sobre o Rio Jaguariaiva, de 88 metros.

Uma atividade indispensável ao bom funcionamento do sistema rodoviário é a de melhorar e conservar os trechos existentes. O tráfego pesado causa danos nos leitos das estradas exigindo atenção constante para evitar que se tornem intransitáveis.

Em 1961 a rede rodoviária sob responsabilidade do D.E.R. era a seguinte (em quilômetros):

Asfalto	318
Paralelepipedo	25
Macadame	305
Saibro	1.719
Leito natural	6.058
	<hr/>
	8 435

As despesas de melhoramentos atingiram a 101 milhões de cruzeiros, e as de conservação a 474 milhões.

Visando a execução futura das obras constantes da programação rodoviária o D.E.R. realizou estudos em 1.478 Kms.

Afora essas atividades básicas realizadas pelo D.E.R., o órgão vem agindo em diversos outros setores. Foram organizados cursos de especialização em solo-cimento e técnica de pavimentação, para preparar os técnicos indispensáveis à realização dos programas estabelecidos.

Atravez da Polícia Rodoviária (205 homens para tôda a rede) o D.E.R. policia o tráfego das estradas sob sua responsabilidade. Em 1961 foram aplicadas 23.028 multas (162% a mais do que em 1960).

O D.E.R. possui duas oficinas, uma encarregada de reparos e serviços nos veículos e máquinas do Departamento, e a outra, de caráter industrial. Mantém também serviços de saúde e assistência social para seus funcionários, além de, atravez da Assistência Rodoviária aos Municípios, orientar e colaborar com as Prefeituras na solução de seus problemas rodoviários.

b) Ferrovias

A política de transportes fixada pelo Governo não permite a realização de grandes investimentos por parte do Estado no setor ferroviário.

A única obra ferroviária em andamento é a Estrada de Ferro Central do Paraná, que se destina a ligar a região cafeeira com Ponta Grossa e as linhas de Rede Viação Paraná Santa Catarina, rumo a Paranaguá.

Até setembro de 1961 o acêrvo da E.F.C.P.^o esteve sob responsabilidade da R.V.P.S.C. em função de entendimentos mantidos pelo Governo anterior visando a transferência definitiva da responsabilidade do setor ferroviário para a União, que possui maior capacidade de investir.

Os entendimentos foram suspensos no início de 1961 em virtude do desinterêsse da União em investir na Central do Paraná. Em setembro de 1961 o acêrvo voltou ao Estado, a exceção do trêcho Apucarana-Ararua, já em tráfeço.

Com a reversão do acêrvo para o Estado as obras prosseguirão sob a responsabilidade da Comissão especial existente na Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Os investimentos prosseguirão em ritmo lento, tendo em vista que o traçado atual corre paralelo à BR-104, mas cuja prioridade é maior.

Em 1961 a Comissão realizou investimentos num montante total de 40 milhões de cruzeiros, principalmente em obras de arte especiais e serviços de topografia.

Por outro lado o Governo esforçou-se para liberar recursos consignados em orçamentos da União para a referida ferrovia, num total de 494,2 milhões de cruzeiros.

Com os recursos mencionados, a Comissão lucrará em 1962, os trilhos até Ipiranga, prosseguindo a terraplenagem até o Km. 125, entre essa cidade e Reserva.

Enquanto isso a União concentra seu esforço ferroviário na Região Sul na conclusão do TPS (Tronco Principal Sul), que levará os trilhos da Central do Brasil até Porto Alegre, atravessando o Paraná.

c) Marítimo e Fluvial

A responsabilidade do Estado neste setor concentra-se na política portuária. O Pôrto de Paranaguá, administrado por autarquia estadual, continua sendo o principal ponto de contato da economia paranaense com o exterior.

Nessas condições, o Pôrto de Paranaguá será beneficiado diretamente pela repercussão de diversos investimentos realizados e programados por este Governo em outros setores da economia.

Visando reaparelhar o pôrto, preparando-o para corresponder ao que o desenvolvimento do Paraná virá exigir-lhe, e ao mesmo tempo dar a Administração do Pôrto de Paranaguá características de rentabilidade que lhe permitam inclusive pleitear os financiamentos indispensáveis à própria evolução do porto, o Governo elaborou, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, e de firma especializada, um Plano de Expansão e Melhoramentos para o período 1962-1966.

O Plano prevê investimentos totais da ordem de 1.449 milhões de cruzeiros, provenientes de fontes diversas.

Apresentado em 1961 à Comissão do Plano Portuário Nacional, e por ela aprovado quase integralmente, o Plano deverá entrar em execução dentro dos prazos previstos. Já foram inclusive publicadas as Portarias do Ministério de Viação e Obras Públicas autorizando a aplicação de 123 milhões de cruzeiros do Fundo de Melhoramentos do Pôrto e 411 milhões do Fundo Portuário Nacional. Foram também liberados 120 milhões constantes no orçamento da União para o presente exercício.

Entre as características básicas do Plano figura a eliminação do déficit de autarquia que atingiu 350 milhões de cruzeiros em 1960, sendo reduzido a 101 milhões em 1961.

Durante 1961 foram prosseguidas diversas obras no pôrto sendo concluídas neste ano os armazens

6-B e 4-B, além da reforma do coroamento do cais (270 metros).

Foi iniciada e concluída a dragagem do Pier de inflamáveis, com a remoção de 500.000 m³., estando em execução a dragagem da bacia de evolução e da faixa acostável do cais comercial, que estão sendo aprofundadas por 8 e 10 metros, com um movimento de 800.000 m³. de terra a um custo total orçado em 56 milhões de cruzeiros.

Em princípios deste ano foram aprovadas pelo Ministério de Viação e Obras Públicas as novas tarifas portuárias elaboradas pela S.V.O.P., o que é mais um passo no sentido da rentabilidade operacional do Pôrto de Paranaguá.

Entre as obras que serão executadas em 1962 destacam-se: construção e equipamento de um silo com 10.000 de capacidade estática, a rêde de água do cais, armazém para madeira e rêde elétrica do cais.

Quanto à elevação de Antonina à categoria de pôrto organizado, Grupo de Trabalho criado em resultado da Reunião de Florianópolis apresentou parecer, mais tarde aprovado pelo M.V.O.P., favorável ao estudo das instalações já existentes visando sua adaptação.

Foram realizadas gestões junto à União que deram como resultado a inclusão da dragagem do canal de acesso a êsse pôrto em 1962.

Quanto ao transporte fluvial, cujas possibilidades no Paraná são boas, prosseguem em ritmo acelerado as obras de melhoramento do Pôrto de Guaira, sôbre o Rio Paraná, a cargo do 16° Distrito do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. As obras, que incluem um armazém (já concluído) e 100 metros de cais de alvenaria de pedra, deverão estar prontas durante o corrente ano.

d) Aéreo

Cabe à União, através do Ministério de Aeronáu-

tica, a maior responsabilidade pelos serviços aeroportuários no país. Ao Governo do Estado, através de seu Departamento Aeroviário, vem cabendo apenas a fixação de prioridades e a execução daquelas obras de menor interesse do ponto de vista daquelas obras importantes para o Estado.

Em 1961 prosseguiram as obras do Estado nos aeroportos de Guaratuba (pista de 650 metros concluída êste ano); Capanema (terreplenagem concluída); Cascavel (terreplenagem em execução); Jacarêzinho (terreplenagem a ser concluída êste ano. Foi assinado convênio com a União, no valor de 20 milhões de cruzeiros, visando iniciar a pavimentação da pista ainda em 1962); Paranavai (terreplenagem concluída).

Os aeroportos de Fóz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa, estão a cargo da Diretoria de Engenharia do Ministério de Aeronáutica, participando o Estado com recursos através de convênios.

Em 1962 serão iniciadas as obras de pavimentação primária do aeroporto de Pato Branco, assim como reparos em vários aeroportos, com prioridade para os que servem ao correio aéreo do Estado.

Deverá ser reparada também a pista do aeroporto do Bacacheri (Curitiba).

Estão sendo executadas melhorias no Aeroporto Afonso Pena (Curitiba), e está em fase de aprovação o projeto para o aeroporto de Guaira.

3) Comunicações

Visando definir uma política estadual de telecomunicações, foi criada na Secretaria de Viação e Obras Públicas a Comissão Estadual de Telecomunicações, integrada de representantes do Estado, das classes produtoras, da Prefeitura Municipal de Curitiba e de técnicos na especialidade e em assuntos jurídicos.

Os trabalhos da Comissão desenvolveram-se em dois campos bem definidos, um o relativo ao contrato

de concessão dos telefones interurbanos. Outro, no atinente aos estudos para o desenvolvimento do sistema existente, como base para a formação de uma programação de telecomunicações mais condizentes com os altos interesses do desenvolvimento do Estado.

Quanto aos estudos da concessão, desenvolveu-se primeiro, a Comissão, no sentido de fixar um critério para o cálculo das tarifas telefônicas interurbanas, tendo em vista os aumentos salariais já estabelecidos e a repercussão do processo inflacionário.

Dêse trabalho concluiu-se sôbre as dificuldades do setor público em atender às reivindicações da empresa concessionária, na forma como está organizada para desenvolver o sistema existente nas condições impostas pelo desenvolvimento do Estado.

Contudo, pela fixação de uma tarifa adequada àqueles acréscimos salariais, conseguiu-se solucionar o problema imediato permitindo-se o prosseguimento dos entendimentos e estudos para uma solução definitiva.

Dos estudos para ampliação do sistema atual concluiu-se: que são necessários vultosos investimentos, que a empresa concessionária só fará com o capital dos usuários, sem contudo permitir a participação desses na organização, que as tarifas a serem adotadas para êsse desenvolvimento transcendem às normas vigentes, não sendo possível melhores entendimentos senão com a inobservância daquelas normas, o que não pode ser feito; que o Governo precisa munir-se dos instrumentos adequados para fazer face ao problema, com a responsabilidade que deve ter. Êsses instrumentos são a autorização legal para poder participar de sociedade que tenha por fim a exploração de serviços telefônicos, mas que essa Sociedade permita a participação dos usuários ou aceite a presença do Governo dentro de seu Conselho Fiscal; subordine-se às normas e diretrizes do Governo e obedeça a orientação geral traçada para a expansão do serviço.

O segundo instrumento será a existência de ór-

ção público capaz de poder coordenar todos os assuntos de telecomunicações do interesse do Estado. O anteprojeto de Lei, sobre a autorização para a participação do Estado, já foi enviado à Assembléia, com mensagem justificativa. A estrutura do novo Órgão a ser criado na S. V. O. P. também já se encontra em fase de publicação de Decreto. Prosseguem os trabalhos de elaboração de normas técnicas e contábeis a serem adotadas pelas empresas concessionárias. Estão em andamento os projetos técnico-econômicos, para pedido de financiamento destinado aos serviços de expansão do sistema existente. Continuam os entendimentos com a empresa concessionária quanto ao valor do seu acervo, para permitir a adoção de solução que traduza os interesses do Paraná.

Ainda no setor das comunicações, procedeu-se à criação do Centro de Mensagens no Palácio Iguazu e à criação da Divisão Postal anexa ao Serviço de Telecomunicações, que está em contato direto com 31 cidades do interior, através de 3 circuitos aéreos, servindo a aproximadamente 800 localidades.

4) Indústria

Uma perfeita compreensão do alcance das medidas tomadas pelo Governo neste setor só pode ser obtida através do conhecimento da situação em que se encontra atualmente.

O Paraná possui ampla gama de recursos naturais que podem ser aproveitados para a ampliação e diversificação do parque industrial, hoje quase exclusivamente formado por indústrias que apenas realizam a primeira elaboração de bens primários.

A característica estática que o setor apresenta atualmente deve-se a diversos fatores que se prendem basicamente, ao fato de que a maior parte do fluxo gerado pelo setor dinâmico da economia estadual se dirige, preferencialmente, para outras regiões do país,

em grande parte pela falta de atrativos e mesmo de condições mínimas de infra-estrutura no Paraná.

A política de industrialização deve, lógicamente, concentrar-se em fornecer êsses atrativos e essas condições mínimas.

Os investimentos do Govérno no setor de energia elétrica representam um grande passo nêsse sentido.

Essa política, por suas próprias condições intrínsecas, destina-se a dar resultados em prazo mais ou menos longo. Enquanto êsses resultados são aguardados, julgamos que o Estado pode e deve tomar outras medidas, de repercussão mais imediata, no sentido de aproveitar logo certas vantagens comparativas que o Paraná apresenta para setores industriais.

Durante o ano de 1961, foram realizados meticulosos estudos pelc Grupo de Trabalho criado exatamente para verificar as possibilidades de instalação de indústrias básicas no território paranaense. Foi analisada e rejeitada, nas bases em que foi proposta, a instalação de uma siderúrgia que utilizasse o minério de ferro existente no litoral, e que seria construída em Antonina. Os estudos relativos a uma siderurgia no Paraná prosseguem e prosseguirão, dentro das reais possibilidades que o Estado apresenta.

O Grupo estuda presentemente o desenvolvimento da indústria do cimento, visando criar as bases para o atendimento da demanda dêsse bem de capital, que o desenvolvimento do Estado certamente incrementará.

Através do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, o Estado estudará as possibilidades de industrializar os sub-produtos do xisto-pirobituminoso que será produzido pela Petrobrás, em São Mateus do Sul, e que apresentam boas perspectivas para a siderurgia, cimento, enchôfre e petroquímica.

No setor da indústria de papel, está em andamento a construção de grande fábrica no município de Guarapuava, com financiamento do Banco Interamericano do Desenvolvimento, que produzirá polpa de

celulose, aproveitando as grandes reservas de araucária da região. As grandes matas do vale do Iguaçu permitem esperar o surgimento de outras indústrias semelhantes, na medida que a demanda nacional vá tornando rentáveis os grandes investimentos exigidos.

Outro setor promissor é o do aproveitamento industrial de diversas matérias primas de origem agropecuária, hoje exportadas em bruto para outras regiões do país. É o caso de frigoríficos que aproveitam o grande rebanho suíno do Estado, assim como o de indústrias de óleos vegetais, fertilizantes, forragem e tecidos, em função do milho, da soja, do rami, da menta; do algodão, do açúcar, e mesmo do café.

Existe no Paraná quantidade suficiente de poupanças pequenas e médias que podem ser canalizadas para empreendimentos como os descritos acima. O grande obstáculo tem sido a inexistência do estímulo oficial e a falta de crédito.

Visando ultrapassar esse obstáculo, foi organizada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), sociedade de economia mista. A CODEPAR, criada pela lei 4.529, de 12 de janeiro deste ano, administrará o Fundo de Desenvolvimento Econômico, empréstimo compulsório restituível correspondente a 1% das vendas, consignações e transações.

Com esses recursos, a CODEPAR concederá empréstimos ou participará societariamente em empreendimentos industriais sediados no Paraná e que se dirijam a setores julgados prioritários pela política de industrialização que a própria CODEPAR deverá elaborar.

De acordo com as previsões válidas para o período 1962/1966, os recursos disponíveis para o setor industrial, dentro do esquema mencionado acima, serão os seguintes (em milhões de cruzeiros, valores de 1961):

1962	—	670
1963	—	706
1964	—	1.144

1965	—	1.228
1966	—	1.749
		<hr/>
Total		5.497

Essa importância, aplicada dentro de critérios que visem atender o desenvolvimento do setor industrial paranaense, significará a dinamização da economia estadual, assim como sua diversificação.

5) Agricultura e Pecuária

Seria desnecessário repetir aqui a importância do setor primário na vida econômica do Paraná. Quer através do tropeirismo, do mate e da madeira no passado, e do café no presente, tem residido sempre nesse setor todo o dinamismo do desenvolvimento e da expansão do Estado.

É plano dêste Governo dar a maior prioridade às atividades públicas que beneficiem o setor. A política governamental orienta-se no sentido de diversificar a produção agrícola em função dos mercados local e nacional de alimentos e matérias primas.

O primeiro passo que teria de ser dado pelo Governo no sentido de concretizar essa política, era o de dinamizar a Secretaria de Agricultura, órgão cujas atividades em períodos anteriores tinha sido reduzida e limitada.

Entre diversas atividades realizadas pela Secretaria de Agricultura durante o ano de 1961 podemos destacar a reorganização da Federação das Cooperativas Escolares do Paraná, sendo constituídas doze novas cooperativas. Foram também criadas cooperativas culturais em Curitiba, Ponta Grossa e Londrina. Pela primeira vez no Estado foi realizada a distribuição gratuita de material escolar e didático às cooperativas de ensino.

Através de seu departamento especializado, a Se-

cretaria organizou diversas campanhas em todo o Estado, destacando-se o Curso de Economia Doméstica Rural (Apucarana, em abril); a Campanha dos Cafés Finos (Norte do Estado, em maio); Curso de Avicultura (Apucarana, em abril) e Curso de Tratoristas (Santa Mariana, em outubro).

Convém ressaltar a instalação do Laboratório de Análise de Solos (Ponta Grossa) e a inauguração da Oficina da Escola de Apucarana, assim como a formação da primeira equipe de técnicos em laticínios na fábrica-escola do Canguiri.

A Secretaria assumiu a responsabilidade do serviço de vacinação anti-rábica, extendendo-o ao interior, sendo vacinados ao redor de 10.000 cães.

Foi também promovido o entrosamento entre a Secretaria e as diversas Associações Rurais do interior do Estado, realizando-se reuniões regionais em Ponta Grossa e São Mateus do Sul.

Através de convênio com o Ministério da Agricultura foram instaladas as estações meteorológicas de Londrina, Loanda, Guaíra e Fóz do Iguaçu.

Visando a pesquisa e experimentação de métodos de proteção e defesa contra as geadas, foram prosseguidos os trabalhos na estação piloto de Apucarana, devendo ser instalada outra semelhante em Itatí.

Foram extintas as casas rurais que não apresentavam condições de funcionamento eficiente, sendo instaladas quinze casas rurais de tipo padrão nos centros das regiões geo-econômicas do Estado.

No sentido de sanear a atividade creditícia nas regiões agrícolas, o Estado interveio, sob delegação do Serviço de Economia Rural, no Banco Agrícola Norte do Paraná, sediado em Arapongas.

Vejamos agora as atividades diretas da Secretaria de Agricultura no fomento à atividade econômica do setor.

Foi estruturado um sistema de racionalização da distribuição de semente de trigo, garantindo sensível aumento na produção tritícola do Paraná.

Apesar de não terem sido adotadas pela União as medidas solicitadas visando seu estímulo, o Estado fomentou por si a cultura do trigo sarraceno, obtendo-se uma safra de cêrca de 9.000 toneladas.

Foi conseguida a liberação da verba de 9 milhões de cruzeiros, do I.B.C., destinada ao combate à broca do café, intensificando-se o funcionamento do pôsto de Jacarézinho, e utilizando-se hilecópteros para o polvilhamento dos cafezais.

Deu-se combate intensivo a diversas outras pragas agrícolas, destacando-se o esforço dispendido contra a lagarta do trigo.

Excelentes resultados foram obtidos na distribuição de 528.000 sacas de sementes de algodão, que apesar de condições meteorológicas adversas garantiram um incremento de 56% na próxima safra.

Em acôrdo com a Secretaria de Viação e Obras Públicas foram concluídas, já em 1962, os armazens de expurgo de algodão em Assai e Maringá.

Uma das atividades de maior repercução para o futuro do setor primário paranaense foi o plano de fomento de pecuária de corte, que pelo sistema de permuta distribuiu, em seu primeiro ano, 596 touros Nellore e 25 Charolês.

Dentro do referido plano foi trazido ao Paraná o registro de gado indiano, antes exclusivo a Minas Gerais. Foram também firmados convênios que asseguraram uma distribuição futura de 1.200 cabeças anuais.

Foi organizada a venda de «garrotes» para fomento da pecuária leiteira, a preços correspondentes a 20% dos de mercado.

Instalou-se no Atuba um posto volante de inseminação artificial, com semen de reprodutores de alta linhagem, fornecendo a domicílio e com índice de nascimento de 80%.

Foi iniciada a renovação do plantel suino do Estado, com a aquisição de 350 reprodutores Wessex, Landrace e Duroc, em parte destinados à revenda.

Foram reaparelhadas as granjas do Canguiri,

Guatupé e Tomaz Coelho, cujos planteis anteriores foram eliminados por doenças. Para o Guatupé foram adquiridos 4.000 pintos de raça, assim como perus.

Com o equipamento agrícola adquirido pelo Governo anterior, mas cuja liberação e pagamento foi feito já nesta administração, foram instalados os Postos de Mecanização Agrícola de Curitiba, Ponta Grossa, Iratí, Santo Antônio da Platina, Paranavai, Londrina, Maringá e Guarapuava. Em 1961 os 8 postos realizaram serviços no valor de cêrca de 8 milhões de cruzeiros.

Seguem-se os dados relativos ao funcionamento do Fundo de Equipamento Agro-pecuário, destinado à revenda, em caráter rotativo, aos agricultores (dados em milhares de cruzeiros):

Discriminação	Compra	Venda
Sementes, tubérculos e mudas	19.476	19.929
Maquinário em geral	3.472	4.047
Ferramentas e material agrícola ...	141	48
Aubos, inseticidas e fungicidas	2.132	1.802
Animais e reprodutores	34	123
Produtos Veterinários	23.704	8.526
Forragens e rações (torta d/algodão)	2.718	2.805
Total	51.678	37.280

Paralelamente às atividades acima mencionadas, o Governo elaborou, através da Secretaria de Agricultura, diversos estudos destinados ao planejamento definitivo da ação do Governo no setor primário.

Foi elaborado o Plano de Diversificação da Lavoura, destinado a plantear os problemas que surgirão com a nova política cafeeira da União. Foi o primeiro estudo do gênero realizado no Brasil, tendo sido muito bem recebido pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que o usou como subsídio para a elaboração de seus planos de âmbito nacional. A repercução do Plano foi tão grande que a Escola

Nacional de Agronomia incluiu-o como livro-texto em seu último ano.

Seguiu-se a elaboração do Plano Alimentos para o Brasil, destinado à obtenção de recursos externos para o desenvolvimento do ensino agrícola, da pesquisa e experimentação, da extensão rural, assim como do fomento intensivo, incluindo maquinário agrícola, fertilizantes, sementes e reprodutores. Em sua primeira etapa o Plano previa investimentos da ordem de 1.630 milhões; ampliado mais tarde, visando financiamento do exterior, prevê uma despesa total de mais de 13 bilhões em um programa quadrienal.

Dentro de sua política de desenvolvimento econômico, o Governo está pleiteando junto ao GERCA o financiamento de diversos empreendimentos não diretamente agrícolas, mas que beneficiarão diretamente o setor agro-pecuário, de acordo com a tese básica apresentada pelo Paraná à Reunião de Florianópolis.

Em relação direta com o setor primário funcionam outros organismos de ação do Estado.

A Companhia Paranaense de Silos e Armazens (COPASA), organizou um programa de atendimento aos produtos alimentares destinados aos mercados local e nacional.

O programa prevê 90 armazens e 2 silos, com capacidade máxima de 1 milhão de toneladas. Dentro dos critérios do programa foram solicitados financiamentos ao B.N.D.E. (12 armazens) e ao GERCA (7 armazens). Enquanto aguarda os pronunciamentos dos órgãos mencionados (e do Banco Inter-americano de Desenvolvimento, ao qual o B.N.D.E. enviou o projeto que lhe foi apresentado), a COPASA entrou em acordo com a CODEPAR visando iniciar a construção de sua rede.

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas vem realizando trabalhos de pesquisa e produção que beneficiam diretamente o setor primário. Destaca-se a fabricação de vacinas contra a peste suína, a produ-

ção de inoculantes para leguminosas e o estudo do aproveitamento do lírio do brejo para a fabricação da forragem.

A Companhia Agro-pecuária de Fomento Económico do Paraná já iniciou suas atividades agindo no setor do algodão e no de prestação de serviços mecanizados aos agricultores.

A CAFÉ do Paraná deverá, com a flexibilidade e autonomia que sua estrutura jurídica permite, ser o grande instrumento de ação do setor público na dinamização do setor primário paranaense.

IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

1) Educação e Cultura

Considerando que a educação deve estar totalmente integrada nos objetivos globais do desenvolvimento estadual e nacional, desejamos, nesta oportunidade, fazer uma apreciação relativamente à situação em que se encontrava, e ainda se encontra, a educação em nosso Estado e enunciar os princípios e linhas gerais que estão norteando a elaboração do projeto de Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação, do Plano Estadual de Educação e de planos de emergência.

No programa de governo, apresentado à Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 1961 pelo Primeiro Ministro Tancredo Neves, foi feita uma análise clara e objetiva da situação atual do ensino em nosso país e foi enunciado o programa de governo da União, a ser consubstanciado num Plano Nacional de Educação e num Plano de Ação Imediata.

Nessa análise, procurou-se sintetizar a situação atual em nosso país como caracterizado pelo desajuste entre os tipos de formação educacional que está sendo ministrada aos nossos jovens e as necessidades brasileiras e pela insuficiência quantitativa de matrículas em todos os ramos e graus de ensino.

O Plano Nacional de Educação e o plano de Ação Imediata, então enunciados em linhas muito gerais, previam como altamente conveniente, em primeiro lugar, a aprovação pelo Congresso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fato novo e que deve ser levado em grande consideração, neste momento,

foi a aprovação da referida Lei em 20 de dezembro de 1961, o que trouxe para os Estados a obrigação de organizar os seus próprios sistemas de ensino, com a decorrente reformulação da legislação estadual, reorganização dos cursos de nível primário, médio e superior, estruturação de organismos novos e reestruturação dos existentes.

Dentro do quadro brasileiro, cujas características predominantes foram traçadas no programa governamental da União do ano passado, deve se movimentar, naturalmente, o Paraná, um dos Estados da Federação a que está reservado, por certo, um papel preponderante na formulação e execução da nova política educacional brasileira.

Adotados os princípios, que aceitamos inteiramente, de que a educação necessita ser orientada dentro de um planejamento, com determinação de objetivos e metas, de recursos técnicos e financeiros, e de que Educação é Investimento ou aplicação produtiva de capital, iremos estabelecer daqui há pouco a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação.

Com estas duas peças fundamentais haveremos de formular toda a legislação estadual, organizaremos o nosso próprio sistema de ensino, com as estruturas novas capazes de atender aos novos encargos que nos são cometidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e fixaremos os objetivos e metas da educação, que, dentro de um planejamento bem feito, ajustará o sistema estadual de ensino às necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento.

Tivemos oportunidades de relatar a situação anterior, em que encontramos a educação em nosso Estado. Podemos sintetizar essa situação pela ausência, nos órgãos estaduais, de um planejamento educacional e dos meios e recursos indispensáveis para a sua execução. Ainda agora permanecem, se bem que atenuadas, essas deficiências, sempre agravadas pelo crescimento vertiginoso da população escolar em nosso

Estado, pela ausência de uma organização administrativa escolar eficiente e pela insuficiência de recursos técnicos e, especialmente, financeiros.

Muitos dos problemas que afligem a educação em nosso Estado, poderiam ser solucionados se a Secretaria de Educação e Cultura dispusesse, pelo menos, dos três seguintes elementos para o desenvolvimento dos seus trabalhos:

- a — Planejamento educacional, consubstanciado num Plano Estadual de Educação.
- b — Estrutura Administrativa eficiente, da Secretaria de Educação e Cultura e de outros órgãos governamentais.
- c — Recursos financeiros apreciáveis.

De nada disso dispunha a Administração estadual, quando assumimos o Governo. Passamos o primeiro ano do nosso mandato praticamente reorganizando administrativamente a Secretaria de Educação e Cultura e encetando os estudos preliminares, a fim de que, supridas as necessidades mais urgentes e deficiências mais gritantes, pudessemos contar com máquina administrativa mais eficiente, capaz de administrar uma rede escolar tão vasta como a do Paraná e apta a executar um Plano Estadual de Educação, planejamento que agora está sendo feito.

A par dos problemas de ordem puramente educacional, que veremos daqui há pouco, tivemos que enfrentar problemas de ordem administrativa, referentemente a pessoal, a material, a obras e a equipamento.

O deficit de salas de aulas era assustador e o estado de má conservação em que se encontravam os prédios escolares, exigiam de nós, no primeiro ano de governo, a concentração de recursos para o atendimento dessas necessidades mais urgentes.

Juntamente com os trabalhos de recuperação, reparos, adaptação e conservação dos prédios escolares, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, em trabalho conjunto com a Secretaria de Educação e

Cultura, estabeleceu um programa de emergência para os anos de 1961 e 1962, sem prejuízo do que fôr estabelecido completamente no Plano Estadual de Educação.

Os dados abaixo mostram o que foi realizado e o que está sendo executado de acôrdo com êsse programa de emergência, relativamente à eliminação do deficit de salas de aula:

Concluídas em 1961

Tipo	Unidades	Salas	Capacidade	Capacidade
			média (1)	Total
			(alunos p/sala)	(alunos)
Ginásios	3	40	70	2.800
Grupos Escolares (alvenaria)	10	60	70	4.200
Grupos Escolares e Casas Escolares (madeira)	83	133	50	6.650
Total: 96 unidades — 233 salas — 13.650 alunos.				

Programa de 1962 (em andamento)

Tipo	Salas	Capacidade	Capacidade
		média (1)	Total
		(alunos p/ sala)	
Ginásios	167	70	11.690
Grupos Escolares (alvenaria) ..	402	70	28.140
Grupos Escolares e Casas Escolares	401	50	20.050
Total: 970 salas — 59.880			

(1) Em dois turnos.

Em resumo:

Ensino secundário	14.490
Ensino primário urbano	32.340
Ensino primário rural	26.700

Vejamos agora, qual a situação anterior e atual

em matéria de educação, relativamente aos diversos graus do Ensino.

a) Ensino Primário

Quase idênticos aos nacionais são os problemas atinentes ao ensino primário em nosso Estado.

A par de elevado deficit escolar absoluto, causado pela insuficiência de escolas, pela evasão escolar e pela falta de compreensão dos pais e responsáveis por crianças em idade escolar, outros problemas emergem da falta de legislação adequada, de âmbito nacional ou estadual, e da falta de recursos técnicos e financeiros para a solução do problema.

Sabemos que um fato comum a todo o Brasil também é facilmente verificável no Paraná. A rede de ensino primário paranaense não chega a atender a uma grande parte das crianças em idade escolar, e, dos que se matriculam nas escolas primárias, uma percentagem muito pequena chega a concluir a 4ª série. Acresce que, pelo menos, um terço dos poucos que freqüentam as nossas escolas primárias estão matriculados em escolas isoladas das zonas rurais, carentes de recursos e de professores habilitados, que não lhes podem dar mais do que alfabetização razoável.

A evasão escolar constitue um dos graves problemas de educação no Paraná. Nos grandes centros urbanos ela se verifica em índices acentuados, mas nas zonas rurais ela atinge a índices assustadores, que estão a exigir corretivos imediatos. É que num Estado, como o nosso, em que predominam as atividades agrícolas, a falta de flexibilidade na duração dos períodos letivos e na fixação dos períodos de férias escolares, sem atender às diferenças regionais, obrigam a muitos pais, que necessitam de ajuda na lavoura por ocasião da safra ou da colheita, retirar os seus filhos da escola.

O problema já foi por nós equacionado e terá solução adequada na formulação da Lei Estadual de

Diretrizes e Bases da Educação. Introduziremos nesta Lei os dispositivos que se fizerem necessários a fim de que os períodos letivos e as férias escolares sejam fixados anualmente pela Secretaria de Educação e Cultura, de forma a atender diferentemente as regiões do Estado que tem diferentes atividades, às suas peculiaridades e às necessidades das populações rurais.

Não só pela diversificação regional se solucionará o problema de evasão escolar no ensino primário. Tanto na zona rural, como especialmente nos centros urbanos, o aumento do período de escolaridade de 4 para 6 séries haverá de criar, forçosamente, outros atrativos para a permanência das crianças na escola. A educação primária complementar, que se deverá fazer nas duas novas e últimas séries do curso primário, dará aos alunos, além da alfabetização e instrução primária, a formação necessária para o exercício de determinadas profissões de nível elementar. Com isto se eliminará também o denominado «hiato nocivo», pois a criança terminará o seu curso primário não mais com 11 ou 12 anos de idade mas com os 14 anos, idade mínima exigida pela Constituição Federal para o exercício de atividade remunerada. Essa ampliação da duração do ensino primário para seis anos, permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é também um compromisso assumido pelo nosso País em reunião realizada em Punta Del Este pelo Conselho Interamericano Econômico e Social dos Estados Americanos, julgada ainda indispensável para o atendimento das necessidades educacionais mínimas das áreas urbanas em industrialização.

Paralelamente aos graves problemas de educação primária para as crianças na idade escolar, situa-se como de péssima repercussão no Paraná o elevado número de adultos analfabetos, que não acompanham o nosso desenvolvimento econômico e social e que, se não recuperados, estarão condenados à marginalidade.

Foi por um imperativo de ordem cívica, econômi-

ca e social, acompanhado de um sentimento de amor ao próximo, que lançamos em janeiro dêste ano uma grande campanha: a Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo. Para ela estamos convocando o nosso povo, no afã de recuperação dos brasileiros analfabetos que vivem em nosso Estado, a fim de que, alfabetizados e melhor preparados para a vida, possam, nas zonas rurais ou nos centros urbanos, alcançar níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Já se tem dito que a educação primária é imprescindível ao desenvolvimento e, até, condição de sobrevivência nacional. O combate ao analfabetismo é, nos dias atuais, um desafio lançado à democracia brasileira. Vamos alfabetizar os nossos conterrâneos, ao mesmo tempo em que lhe devemos dar, dentro de um espírito democrata e cristão, uma formação cívica capaz de torná-los cidadãos mais úteis para o Paraná e para o Brasil.

b) Ensino Médio

Em linhas gerais, também no ensino médio o mesmo fenômeno constatado em todo o Brasil encontra-se no Paraná: a inadaptação entre o tipo de ensino propiciado pelas nossas escolas e as necessidades do desenvolvimento do Estado e do País.

Os cursos de ensino médio de tipo acadêmico, em que se matriculam quase todos os jovens secundaristas, não lhes dão uma preparação ou formação prática de acôrdo com as necessidades do meio e as condições de vida atuais.

A preparação adequada e diversificada dos jovens no ensino médio, para uma redistribuição da população de trabalho, deverá ser feita não só nas escolas de tipo acadêmico, quase sempre orientadas na preparação para ingresso em cursos superiores, mas em escolas que lhes dêem habilitação para o exercício de profissões de nível médio.

Neste sentido, o nosso Governo já estabeleceu convênios com o Ministério da Educação e Cultura para a criação de ginásios industriais no Paraná, o primeiro dos quais já se encontra em construção na cidade de Ponta Grossa. Da mesma forma, estão sendo construídas e instaladas seis oficinas de artes industriais no Paraná.

O Instituto Politécnico do Estado, ao qual se incorporou a antiga Escola Técnica Paranaense, é um estabelecimento destinado à formação de técnicos de nível médio em química, pontes, estradas, agrimensura e meteorologia. Estamos providenciando a sua ampliação e reestruturação, cujos projetos concretos deverão ser inseridos no Plano Estadual de Educação.

No início do corrente ano letivo, por fôrça da aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Secretaria de Educação e Cultura teve que organizar os novos currículos para todos os estabelecimentos de ensino médio, ou sejam, colégios, ginásios, escolas normais secundárias, escolas normais regionais e escolas técnicas de comércio estaduais.

Nesta fase de execução de novos currículos, avulta como de necessidade urgente a orientação dos professores de ensino médio na elaboração dos novos programas de ensino, principalmente das disciplinas novas ou daquelas cujo ensino sofreu modificações substanciais. A Secretaria de Educação e Cultura já preparou e está distribuindo instruções metodológicas e sugestões de programas para tôdas as disciplinas do ensino médio.

No que concerne aos estabelecimentos de ensino médio destinados à formação de professores de ensino primário, que interessam de perto ao Estado, na elaboração dos novos currículos foram introduzidas algumas alterações fundamentais. Assim é que o 1.º ciclo das escolas normais secundárias e escolas normais regionais serão iguais, sendo que estas últimas, destinadas à formação de regentes de ensino primário, terão, a partir de 1963, uma 5ª série, em que se fará, em cará-

ter intensivo, a formação de professôres para o ensino primário.

Afora os problemas de ordem educacional, muitos são os de ordem administrativa, relativos a pessoal, prédios e equipamento.

Existe, no Estado, um número muito grande de estabelecimentos de ensino médio, quase todos êles criados e instalados sem muitas condições de funcionamento. Quase todos não dispõem de prédio próprio, de equipamento e de instalações adequadas, o que gera problemas de ordem administrativa de solução complexa.

Não se criaram, para o funcionamento das escolas de nível médio, os cargos indispensáveis à nomeação dos professôres, do pessoal administrativo e do pessoal auxiliar. O sistema que vem sendo adotado, de retribuição dos professôres por aulas suplementares, não convém nem ao Estado e nem aos professôres, pois sòmente a normal investidura em cargo público gera obrigações e direitos para ambas as partes. Tal sistema deve ser quanto antes substituído pelo sistema do mérito, em que os cargos criados para o magistério sejam acessíveis a todos os professôres habilitados mediante concurso de provas e de títulos.

Por ocasião da elaboração do Plano de Clasificação de Cargos, instituímos o sistema de mérito e a obrigatoriedade de concurso, criando 1.000 cargos de Professor de Ensino Médio, para nomeação de candidatos habilitados em concurso e de suplementaristas, ao mesmo tempo em que se previu um novo cargo, o de Profesor Licenciado, destinado exclusivamente às futuras gerações de professôres licenciados pelas Faculdades de Filisofia.

c) Ensino Superior

O Ensino Superior, apreciado em têrmos globais, apresenta as falhas comuns às demais Universidades e escolas superiores brasileiras: ensino desatualizado,

em face das atuais necessidades do país, insuficiente do ponto de vista quantitativo, com a expansão dos cursos estagnada e com reduzido número de matrículas. Além disso, perdura a uniformidade e a rigidez dos currículos e as modalidades de formação se reduzem às carreiras tradicionais.

Felizmente, para as necessidades mais urgentes do Estado, temos a Universidade do Paraná, que é um estabelecimento federal, mas uma instituição de caráter eminentemente regional e perfeitamente integrada no desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado. É ela um dos principais fatores do nosso desenvolvimento e, por isso, registramos, com certo orgulho, o transcurso no dia 19 de dezembro dêste ano, do seu primeiro cinquentenário de fundação. A primeira instituição universitária do país foi esta que se instalou no Paraná e, agora, transcorridos 50 anos, ela está numa fase de expansão acelerada, colocando-se a serviço do Paraná e do Brasil na satisfação das necessidades ditadas pelo nosso desenvolvimento.

As escolas superiores mantidas pelo Estado são de formação de carreiras tradicionais: de direito, de educação física, de belas artes, de odontologia e de farmácia, de filosofia e de ciências econômicas. Todas elas encontramos carentes de instalações, de equipamento e de recursos técnicos e financeiros. Muitas com apenas autorização provisória de funcionamento e necessitando até de organização definitiva do seu corpo docente.

Recebemos ainda há pouco, quando da instalação da Universidade Volante, em Londrina, a reivindicação da população da região norte do Paraná, no sentido de que sejam agrupadas, em uma universidade regional, as diversas escolas e faculdades já em funcionamento naquela região. Em atendimento inicial à solicitação, determinamos à Secretaria de Educação e Cultura o estudo da possibilidade de ser concretizada a idéia e em termos que consultasse aos interesses do Paraná e do País.

Feita uma apreciação rápida sôbre a situação anterior e atual nos diversos graus do ensino em nosso Estado, passamos à indicação das providências de ordem geral que estamos adotando e adotaremos para a solução dos problemas e superação das atuais deficiências e dificuldades, a curto e à longo prazo.

Lei estadual de Diretrizes e Bases da Educação — Sancionada e colocada em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, impõe-se como tarefa da maior urgência para o Governo do Estado: a elaboração do projeto de Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação, a ser oportunamente submetido à elevada apreciação da Assembléia Legislativa do Estado.

O projeto de lei, que já está sendo elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, deverá prever a criação do novo Sistema Estadual do Ensino, reformulando tôda a nossa legislação em matéria de educação. Ao mesmo tempo, deverá fixar os objetivos e metas a serem alcançados pela educação dos diversos graus, assentando a política educacional que deverá ser seguida pelo Estado do Paraná.

O Sistema Estadual de Ensino, autorizado e previsto pela Lei Federal, deverá atender à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos. Deverão ser adotados dispositivos legais que dêem ao Estado os instrumentos necessários a se desincumbir das novas tarefas que lhe são atribuídas, especialmente as de autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, oficiais e particulares, bem como reconhecê-los e inspecioná-los.

Por fôrça da própria lei federal, mas sobretudo em face das soluções que têm sido apontadas, para a eliminação dos males atuais, a lei estadual atenderá, na organização do ensino primário e médio, à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades de cada região e de grupos sociais, bem como ao estímulo de

experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos.

Relativamente à administração do ensino, continuará a Secretaria da Educação e Cultura a exercer as atribuições do Poder Público Estadual em matéria de educação, mas deverá contar com a colaboração de um Conselho Estadual de Educação, a ser constituído, de acôrdo com o que dispuzer a lei estadual, de membros nomeados e representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência em matéria de educação.

Muito grande é a importância de que se reverterá a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação, a se constituir no principal instrumento de trabalho do Governo do Estado, para a execução do seu planejamento educacional. Além da reformulação da legislação do ensino, da reorganização dos cursos pré-primário, primário, médio e superior, tratará da formação do magistério para o ensino primário e médio, da orientação educacional e da inspeção dos estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares quando não de nível superior, da educação de excepcionais, do ensino religioso e da assistência social escolar.

Plano Estadual de Educação — Feita uma análise sucinta da situação atual da educação em nosso Estado e enunciando o propósito de se elaborar no menor prazo de tempo possível a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação, cumpre-nos agora alinhar algumas idéias referentes à elaboração e princípios que informarão a composição do Plano Estadual da Educação.

Dissemos, anteriormente, que adotamos os princípios segundo os quais a educação deve ser prestada como um serviço público, dentro de um planejamento bem elaborado, e é ela também investimento ou aplicação produtiva de capital, pelo que se deve ter um cuidado todo especial com os custos da educação, a

fim de que se consiga plena utilização dos recursos aplicados.

Além dos objetivos específicos a serem atingidos pela educação em nosso Estado, existem objetivos comuns já enunciados para o estabelecimento do Plano Nacional de Educação.

Os propósitos descentralizadores anunciados pelo Governo da União e consubstanciados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como orientação administrativa geral, vêm ao encontro de idênticos propósitos nossos, não só de liderar no Estado a execução da nova política educacional brasileira, mas de executar um Plano Estadual de Educação com o maior grau possível de descentralização.

Nesse sentido já se está promovendo a reorganização administrativa da Secretaria da Educação e Cultura, devendo-se ressaltar a criação e instalação que se está fazendo, de 50 inspetorias regionais de ensino. Além dessas inspetorias, que atenderão às necessidades da educação no interior do Estado, em pessoal, material, equipamento e orientação educacional, deverão ser instalados dentro em breve 8 almoxarifados regionais, destinados a melhor prover de material os estabelecimentos de ensino em diversas regiões do Estado. A construção e equipamento dessas sedes e almoxarifados regionais será incluída, com prioridade, no planejamento educacional em elaboração.

Caminhando para a descentralização e no intuito de redistribuir encargos administrativos, há pouco foram classificadas tôdas as funções gratificadas do ensino, quais sejam de diretor, vice-diretor, assistente técnico e secretário de todos os estabelecimentos de ensino superior, médio e primário do Estado. A classificação dessas funções nos símbolos novos criados pelo Plano de Classificação de Cargos permitirá que, aumentadas bastante as retribuições pecuniárias pelo exercício dessas funções, possam ser atribuídos novos encargos e responsabilidades aos que exercem fun-

ções de direção, de chefia, de assessoramento ou de secretariado.

Relativamente ao ensino primário, serão comuns os objetivos estaduais e nacionais no sentido de concentrar esforços para que se assegure imediatamente escolas para tôdas as crianças, de 7 a 11 anos de idade, de promover progressivamente a extensão da escolaridade até 6 anos, com a criação dos cursos complementares de dois anos, além da 4ª série, e de instituir centros e cursos de aperfeiçoamento do magistério primário, urbano e rural.

Para se atingir a tais objetivos em nosso Estado, mister se faz que, no Plano Estadual de Educação, seja prevista a construção de salas de aula em número suficiente para que, por falta delas, nenhuma criança em idade escolar fique privada da educação que o Estado tem obrigação de lhe dar. Igualmente, o equipamento destas novas salas, junto com a das existentes que não o possuem em quantidade suficiente ou adequadamente, deverá estar previsto no Plano, bem como a aquisição de farto material escolar para distribuição às camadas mais pobres da poulação estudantil.

A construção das novas salas deverá ultrapassar os limites das dotações orçamentárias anuais, lançando-se mão do crédito e dos financiamentos possíveis, a fim de que se amplie consideravelmente o plano de emergência que já está sendo executado. Uma boa parcela de recursos deverá ser aplicada num plano de financiamento das despesas imobilizadas da educação.

Seria desnecessário repetir aqui outro objetivo nosso, já bem conhecido do povo paranaense: a alfabetização e recuperação cívica de jovens e de adultos analfabetos. Isto se fará através da Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (MECA), cujos projetos serão incorporados ao Plano Estadual de Educação.

Como objetivos específicos do Paraná, fixaremos os de dar ao ensino primário uma flexibilidade muito

grande no estabelecimento anual dos períodos letivos, e das férias escolares, atendendo aos interesses e aos problemas regionais, e o de, a par da alfabetização, ministrár ensinamentos que preparem as crianças para o exercício de diferentes profissões de nível elementar, atendidas também as variantes e necessidades regionais.

A par do aperfeiçoamento dos professôres do ensino pré-primário e primário, deverá estar incluída no plano previsão de cursos intensivos de orientação, não só aos professôres, mas aos inspetores regionais e auxiliares já existentes e principalmente, aos que vão ser criados e admitidos com a finalidade de exercer os novos encargos que nos foram atribuídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de autorizar e fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos estaduais e particulares de ensino primário e médio.

Relativamente ao ensino médio, será objetivo comum dos planos nacional e estadual de educação proporcionar a todo jovem que revele capacidade técnica ou intelectual oportunidade e condições de prosseguir os seus estudos em escolas de nível médio, preparando-se não só para ingressar futuramente em escolas superiores mas habitando-se para trabalho qualificado ou para o exercício de profissões de nível médio. A adaptação dos cursos e da distribuição de matrículas às necessidades do desenvolvimento regional e nacional poderá ser atingida pela articulação entre os duas últimas séries do primário complementar e as duas primeiras do médio e, principalmente, pela criação de uma rede de ginásios modernos, adaptados às necessidades e condições específicas do Estado. Neste sentido, a criação de ginásios industriais no Paraná é um passo à frente e, por isso, as obras de construção e equipamento do Ginásio Industrial de Ponta Grossa, já em andamento, deverão ser aceleradas, incluindo-se no Plano Estadual de Educação a previsão de re-

curso e de meios que permitam o seu funcionamento no mais curto prazo. A reestruturação e equipamento do Instituto Politécnico Estadual serão também colocados em regime prioritário, pois as necessidades do nosso desenvolvimento exigem formação, em grande escala, dos técnicos de nível médio.

Como objetivos específicos do Plano Estadual, figurarão a eliminação do deficit de salas de aula e o equipamento dos estabelecimentos estaduais de ensino médio. A construção progressiva de prédios próprios para os colégios, ginásios, escolas normais e escolas técnicas que ainda não os possuem e a ampliação dos existentes, acompanhada da aquisição de equipamento comum e especializado, dará aos estabelecimentos de ensino médio melhores condições de funcionamento e maior rendimento.

Ênfase tóda especial se dará à reorganização e equipamento das escolas de nível médio destinadas à formação de professôres para o curso primário. A carência de professôres habilitados exige que se ampliem as instalações e as matrículas dos institutos de educação e das escolas normais secundárias e regionais, a par dos cursos de aperfeiçoamento, de especialização e de orientação a serem ministrados aos próprios professôres dessas escolas.

A educação superior em nossas escolas e faculdades estaduais também se orientará cada vez mais no sentido de ampliar as oportunidades oferecidas à juventude brasileira, adaptando-se às novas exigências do desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

Objetivos específicos do nosso Estado são também a construção de sedes próprias e aquisição de equipamento especializado para as nossas escolas superiores. Destas ressaltam de grande importância para nós as de Filosofia, Ciências e Letras, destinadas principalmente à formação de professôres para os cursos médios. A carência de professôres habilitados para

esses cursos em todo o Estado exige de nós atenção toda especial para com estas escolas.

Possuimos duas Faculdades estaduais de Ciências Econômicas, sediadas em Maringá e em Apucarana. Seria de todo conveniente que, dentro do que permitir a legislação federal, adaptássemos os cursos dessas Faculdades às características da economia regional. Podem essas Faculdades orientar os seus cursos para a Economia Agrária ou mesmo Cafeeira, formando os profissionais e técnicos indispensáveis ao desenvolvimento econômico da região em que estão sediadas.

Todo incentivo e colaboração que possa dar o Estado à Universidade do Paraná e à Universidade Católica do Paraná resultarão em benefício do povo paranaense. Essas duas instituições universitárias estão formando para o Paraná e para o Brasil homens que imediatamente se integram e ajudam o desenvolvimento econômico, social e cultural da região e do país.

O aperfeiçoamento do nosso pessoal docente de nível superior deverá ser feito, no país e no estrangeiro, e o equipamento de ensino e de pesquisa, ao lado da formação das bibliotecas das nossas escolas superiores, estarão incluídos como itens específicos do Plano Estadual de Educação.

Recursos financeiros e fundos estaduais de educação.

Dissemos, anteriormente, que o Plano Estadual de Educação está sendo elaborado segundo o princípio de que Educação é Investimento ou aplicação produtiva de capital e, por isso, deverá haver sempre uma preocupação com os custos da educação e a plena utilização dos recursos aplicados.

Diante da situação atual da educação no Paraná e do nosso estado de desenvolvimento econômico, devemos investir, em educação, além dos limites das verbas orçamentárias anuais. Para execução do Plano Estadual de Educação, além das dotações normais, deveremos utilizar o crédito e planos especiais de financiamento para as despesas que forem necessárias. Organismos estaduais, nacionais e internacionais se-

rão solicitados para nos ajudar nestes projetos de investimento em educação.

Neste sentido, a CODEPAR estabelecerá desde logo um plano de financiamento da ordem de 500 milhões de cruzeiros, para custear as despesas mais urgentes do plano educacional. A construção e equipamento de salas de aula, a par daquilo que seja imprescindível para a descentralização administrativa, como a construção e aquisição de material para os almoxarifados regionais, farão parte deste primeiro plano de financiamento.

Dentro destas idéias, que estão norteando o planejamento educacional, deverão ser criados organismos e instituições novos, que permitam a obtenção dos recursos financeiros e possibilitem a utilização desses recursos sem entraves burocráticos ou prejudiciais à própria educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos permite agora a criação desses organismos novos. Dispõe a Lei que o ensino, em todos os graus, pode ser ministrado em escolas públicas mantidas por fundações cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do Poder Público, e prevê a criação dos Fundos Nacionais do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior.

De acôrdo com estas novas idéias consagradas na lei federal de educação, a Secretaria de Educação e Cultura está elaborando projeto de lei criando uma Fundação Educacional para manter escolas públicas estaduais, ao mesmo tempo que cria e dispõe sobre os Fundos Estaduais de Ensino Primário, de Ensino Médio e de Ensino Superior. Tais proposições serão oportunamente encaminhadas à elevada apreciação da Assembléia Legislativa do Estado.

d) Cultura

Junto com o planejamento educacional, atenções especiais estarão voltadas para o estabelecimento e execução de planos culturais.

Para elaboração desses planos, Cultura não deve continuar sendo tratada como tradicionalmente se tem feito, como qualquer coisa de supérfluo, de diletantismo ou de luxo de pessoas mais abastadas. Cultura é instrumento intelectual que torna possível ao ser humano uma visão do mundo e das coisas, um olhar crítico da realidade internamente lógico e coerente, subordinada a determinada filosofia. A Educação tem por um dos fins preparar o Homem para a Cultura. E Cultura não é o estado do diletante colecionador de obras raras artísticas, pois se assim fôsse seria privilégio de uns poucos. Cultura é algo que deve ser acessível tanto ao operário como ao camponês, ao comerciante como ao profissional liberal. Ela, com o hábito da leitura, o gosto pelas artes, o hábito de pensar, orienta o Homem e o auxilia a bem ler, a bem ouvir, a bem ver e a bem pensar. Pode-se até afirmar que Cultura é meta e que, pela educação, os homens atingem a essa meta. Por isso, o Departamento de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura deve ter grande expressão e funcionar intimamente ligado ao Departamento de Educação. Este, ao supervisionar o ensino nos cursos primário, médio e superior, deve ter sempre em mira a formação de homens cultos, capazes de pensar por si e de ter sentido de comunidade, de responsabilidade pessoal em face da Sociedade e em face da Família.

2) Saúde Pública

Em nossa Mensagem do ano passado já afirmamos que a função precípua do Estado, no setor de saúde pública, devia orientar-se primordialmente no sentido da medicina preventiva.

Se essa conceituação não exime ao Estado do atendimento direto ao doente, principalmente àquele que não possui condições próprias para um tratamento, ela representa a fundamentação de toda a programação que vem sendo realizada visando a am-

pliação e dinamização da Secretaria de Saúde Pública.

A ação inicial do Governo neste setor, como em outros já mencionados, concentrou-se na solução de problemas de caráter administrativo que entravavam toda a marcha do serviço a ser realizado.

A medida que essas medidas foram dando resultado a Secretaria de Saúde Pública pôde dirigir cada vez mais seus esforços quer ao atendimento da população do Estado, quer à formulação de programas de ação a longo prazo.

Dentro do esquema de ação preventiva, a Secretaria realizou grande esforço visando levar a vacinação ao maior número de pessoas possíveis. As Unidades Sanitárias atenderam em 1961 aproximadamente um milhão e meio de pessoas, sendo realizadas cerca de 780.000 vacinações, assim distribuídas (em números redondos).

Variola	200 000
Coqueluche	150 000
Difteria	150 000
Poliomielite (Salk) ..	100 000
Tifo	100 000
Tuberculose (B.C.G.)	80 000

Os Centros de Saúde (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Jacarèzinho) tiveram seu movimento aumentado em relação ao ano anterior, como se pode observar pelo número de abreugrafias realizadas (100.704 em 1961 contra 77.612 em 1960).

Os Hospitais Gerais do Estado (Curitiba, Paranavaí, Jaguariaíva, Sertanópolis e Antonina), com 685 leitos, atenderam em 1961 4.061 doentes, dos quais 3.232 indigentes.

A Divisão de Tuberculose atendeu, em seus hospitais específicos, a mais de 1.500 doentes.

Atravéz dos recursos disponíveis dentro do planejamento global, foi inaugurado em 1961, já equipa-

do, o Centro de Saúde de Maringá. Foram inaugurados também o Pôsto de Higiene de Apucarana e a Unidade Auxiliar de Santa Felicidade (Curitiba).

As condições de saúde da população infantil do Paraná, cujo índice médio de mortalidade é de ao redor de 115 por 1.000 nascidos vivos no primeiro ano de vida, levaram a uma concentração de esforços visando dinamizar o Departamento Estadual da Criança.

Um dos primeiros passos nêsse sentido foi o de ação conjunta com o Departamento Nacional da Criança, o que não era realizado desde há cinco anos. Atravéz dêsse entrosamento foram obtidos e distribuídos no Estado, em 1961, 50.000 quilos de leite em pó do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI). Para 1962 serão distribuídos 100.000 quilos (20.000 já recebidos), da mesma fonte.

Em princípios dêste ano o número de Postos de Puericultura, em funcionamento já chegava a 160, contra 132 em princípios de 1961.

Atravéz de gestões diretas da Secretaria de Saúde Pública foram conseguidas, do D.N.C., 80 000 doses de vacina oral contra a poliomielite (Sabin), cuja aplicação de acôrdo com um planejamento prèviamente elaborado, inicia-se exatamente no dia em que esta Mensagem chega à Assembléia Legislativa.

Em agôsto de 1961 foi inaugurada a Maternidade Doutor Carlos Gomes, em Antonina, completamente equipada. Ainda no litoral, e em colaboração com outros órgãos, entre os quais o Serviço de Valorização do Litoral, foi iniciado o atendimento às crianças da orla marítima atravéz de um ambulatório montado em uma lancha.

Em fins do ano passado foi inaugurado o Pôsto de Puericultura do Cajuru (Curitiba), e dentro dos próximos dias será inaugurado o Centro de Hidratação de Curitiba, que servirá de base para a futura instalação de unidades semelhantes pelas diversas cidades do interior do Estado.

Outro setor atendido prioritariamente dentro da

Saúde Pública é o de doenças mentais. Visando o atendimento dos doentes da região Norte do Estado, o Departamento de Higiene Mental e Assistência aos Psicopatas firmou dois convênios com entidades particulares de Londrina, enquanto se planeja a construção do Hospital Colônia daquela cidade, cuja capacidade será de 1.000 leitos.

Em 1961 foram criados e postos em funcionamento os Ambulatórios de Higiene Mental de Maringá e Guarapuava.

Através do Ambulatório do Serviço Nacional de Doenças Mentais, que funciona anexo ao D.H.M.A.P., foram atendidos em 1961 cêrca de 4.000 doentes.

O Hospital Colônia Adauto Botelho, do D.H.M.A.P., recebeu em 1961 1.600 doentes, sendo que permanecem lá 880 pacientes em tratamento, com um trânsito total de 1.720 doentes em 1961. Estão em fase final as obras de ampliação dêste hospital, que incluem dois pavilhões para indigentes, nova cozinha, necrotério, clausura, capela e pavilhão para doentes mentais menores. Ainda em 1961 o Hospital passou a contar com uma ambulância para o transporte dos doentes e um ônibus para o transporte dos médicos e do pessoal.

Prosseguiram as obras de construção do Manicômio Judiciário, que deverá estar concluído em 1963.

3) Saneamento

Apesar de que, pelos investimentos maciços, que exige, o problema do saneamento, merece soluções de carater econômico, não podemos deixar de reconhecer que se trata de um problema social, agravado pela urbanização que o desenvolvimento acentua, e de sérias repercussões, sôbre o nível médio de saúde da população.

Se em outras regiões há problemas de saneamento rural, no Paraná é nas cidades que se encontram os pontos mais críticos. Saneamento é portanto tratado

aqui no sentido de água encanada e esgotos sanitários.

Na região Leste do Estado, já no início deste século a maior parte das cidades possuíam serviços aceitáveis de ambos os tipos. A rápida expansão da economia paranaense, levando à ocupação de todo o âmbito geográfico do Estado, à quadruplicação da população e ao surgimento e crescimento rápido de dezenas de cidades que hoje já apresentam alto coeficiente demográfico, rompeu totalmente aquele quadro existente:

O elevado custo dos empreendimentos, paralelo às baixas taxas pagas pelos usuários, foram responsáveis pela situação precária em que se encontram hoje o Estado neste setor. A essas razões econômicas somou-se a utilização dos serviços de água e esgoto como arma política, iniciando-se obras cuja conclusão se torna impossível pela mera pulverização dos recursos.

Desde o início a ação do Departamento de Água e Esgotos concentrou-se no atendimento das áreas cujo déficit é maior, procurando concluir simultaneamente as obras encontradas em andamento.

No que se refere à área de Curitiba, cujo abastecimento de água as vezes não é suficiente para atender ao consumo, o DAE instalou duas bombas importadas e seis de fabricação nacional, realizando ainda obras em canais e na modificação da Estação de Tratamento, o que permitiu um aumento de 40% no abastecimento da cidade.

Proseguiram por outro lado as obras que visam o aproveitamento do Rio Irai, que permitirão um acréscimo de 22 milhões de litros diários ao abastecimento de Curitiba. Além disso foram contratados os estudos e projetos para a captação do Rio Iguaçu, que solucionará a longo prazo a situação de Curitiba.

Foram realizados ainda, em Curitiba, obras de ampliação e reforma de ambas as redes. Foram ampliados 5.953 metros e reformados 7.620 metros da rede

de água, realizando-se a ampliação do emissário e da rede de esgotos, num total de 3.893 metros.

As obras mencionadas permitirão o atendimento de todos os bairros da bacia do Rio Juvevê, já tendo tornado possível a ligação dos esgotos com bairros de alta condição de insalubridade, como Vila Pinto.

No interior do Estado foram realizadas obras diversas em 23 cidades, além da prestação de auxílio técnico e material a outras 7.

Entre essas obras destaca-se a conclusão da primeira etapa das obras de abastecimento de água de Apucarana, Rolândia, Araçongas, Ribeirão Claro e Lapa, num investimento total de 19 milhões de cruzeiros.

Merecem também destaque as seguintes obras de menor porte: conclusão da reforma da adutora de Paranaguá; início de construção da adutora de Castro; reforma da adutora e construção da sede do D.A.E. em Iratí; ampliação das redes de esgoto de Palmeiras e São José dos Pinhais; refôrço do abastecimento de água de Uraí; conclusão de poços artesianos em Foz do Iguaçu e Rio Negro; construção do emissário de esgoto de Piraí do Sul; construção do reservatório elevado em Bandeirantes; obras de abastecimento de água de Marialva, nas quais já dispenderam 3 milhões de cruzeiros; obras em Campo Mourão, onde já se realizaram investimentos no valôr de 5,5 milhões de cruzeiros.

As 7 cidades auxiliadas foram Guaraqueçaba, Loanda, Guaratuba, Guarapuava, Cêrro Azul, Amoreira e União da Vitória, sendo que a primeira inaugurou seu serviço público de abastecimento de água.

Visando a obtenção de financiamento externo para obras de vulto nas maiores cidades do interior, o D.A.E.E. está elaborando projetos de caráter rentável para serem encaminhados ao Banco Inter-americano de Desenvolvimento Econômico.

Já foram entregues, os projetos referentes a Maringá, Guarapuava, Cambé, Campo Largo e Ponta

Grossa, estando em fase de preparação outros seis, inclusive o da captação do Rio Iguaçu para o abastecimento de Curitiba.

As operações de investimento realizadas pelo D.A.E. em 1961 atingiram a 153 milhões de cruzeiros, dos quais 89 milhões em equipamento.

Inclue-se na soma acima a aquisição pelo D.A.E. de 3.500 hidrômetros, hoje em instalação, e 5,6 milhões em veículos e máquinas.

Foi determinado a revisão da taxa sanitária, sendo intensificado a cobrança da dívida ativa ao Departamento, e iniciada a cobrança da taxa em Santa Amélia, Uraí, Andirá, Palmeira, Piraí do Sul e Foz do Iguaçu. Com essas medidas a arrecadação própria do D.A.E. deverá elevar-se em 1962 para 140 milhões de cruzeiros, 100% a mais que em 1961.

4) Assistência Social e Trabalho

Já dizíamos, há um ano atrás, que a maior contribuição deste Governo para a solução dos problemas relativos à assistência social é a política econômica que vem seguindo. A elevação dos padrões de vida decorrente do desenvolvimento econômico trará, a longo prazo, a modificação da situação atual.

Mesmo tendo isso em mente, o Governo não pode eximir-se de enfrentar no presente os sérios problemas de ordem social que são visíveis a todos.

Uma das primeiras realizações deste Governo no setor sob responsabilidade da Secretaria de Trabalho e Assistência Social foi o de recuperar e reorganizar o Centro de Formação Profissional para menores, em Campo Comprido. A rápida ação da Secretaria permitiu que hoje se possa dar aos menores ali internados condições que condizem com os objetivos para os quais foi fundado o estabelecimento.

Visando planejar medidas de longo prazo para a solução do problema do menor, foi criado o Grupo de Estudos do Menor Desamparado, cujas conclusões re-

comendam a criação de um órgão central de planejamento e supervisão da assistência ao menor, assim como de um fundo específico que permita a maleabilidade necessária à ação indispensável nêsse setor.

Outra medida de grande importância tomada pelo Governo foi a criação e instalação do Instituto de Previdência do Estado, velha reivindicação do funcionalismo estadual, e que incorporou a Caixa de Seguros de Vida, o Montepio e o Serviço de Assistência ao Servidor Público.

Foi criada uma Comissão Permanente de Inspeção às Obras Sociais, visando estabelecer maior entrosamento entre a S.T.A.S. e as entidades privadas e públicas que agem no setor.

Através da Divisão de Serviço Social de Casos Individuais, a S.T.A.S. atendeu 2.651 casos, tendo matriculado 1.469 novos casos.

No setor assistencial merece destaque também o trabalho que vem sendo realizado pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, através de suas equipes, que vem percorrendo vários municípios, principalmente no litoral e na Região Leste.

O Departamento do Trabalho, da S.T.A.S. teve atuação destacada, envidando esforços no sentido de estabelecer uma atuação efetiva do Governo junto aos sindicatos operários, e participando nos movimentos reivindicatórios, na qualidade de mediador e fiador da liberdade e da integridade dos trabalhadores.

De acôrdo com a orientação do Governo, essa atuação excluiu, sempre com o maior rigor, qualquer interferência em questões de economia interna dos sindicatos, qualquer violência no transcurso de movimentos reivindicatórios e qualquer forma de conciliação que não resultasse em melhores condições de vida para os trabalhadores interessados.

A experiência dêste primeiro ano de governo mostrou que é essa, em matéria de relações de trabalho, a única atitude democrática, a única atitude cristã, a

única atitude coerente com os objetivos de justiça social que são programa e compromisso do Governo.

Essa orientação deu, na prática, os melhores resultados, possibilitou a celebração de acôrdo salariais satisfatórios para ambas as partes e conquistou para o Governo a confiança dos sindicatos, dos trabalhadores, dos próprios empregadores e do povo em geral.

São promissoras, apesar das dificuldades do momento nacional, as perspectivas de paz social em Curitiba e em todo o Paraná, o que se deve, em grande parte, a êsse comportamento do Governo.

5) Habitação

O instrumento de ação do Estado, para a solução do problema de moradia popular, é a Caixa de Habitação Popular, órgão de natureza jurídica paraestatal, que já prestou serviços ao Estado e se está preparando para, em íntimo entrosamento com a política nacional no setor, dirigida pelo Ministério do Trabalho, incentivar a solução do problema no Paraná.

A C.H.P. elaborou um programa para o biênio 1962/63, visando à obtenção de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no montante 3.025.000 dólares. O programa prevê a construção de 1.250 moradias em 14 cidades, cujo déficit habitacional, aplicados os critérios mínimos de conforto, é da ordem de 37.000 residências.

O programa prevê a construção e instalação em cada núcleo, de grupo escolar, creche, centro social e mercadinho, além de obras de urbanização.

Além disso, serão concedidos, no biênio, financiamentos individuais para 750 moradias.

Os principais recursos da C.H.P. provinham de uma quota de 2% sôbre as transações imobiliárias. A Emenda 1-A à Constituição Federal privou a Caixa da maior parte dêsses recursos, permanecendo apenas a parcela proveniente do impôsto sôbre transmissão de propriedade «causa mortis» (2%). Para sanar essa

dificuldade, foi pedido e aprovado pela Assembléia crédito especial no valor de 90 milhões de cruzeiros. Por outro lado, a Lei 4.443, de 3 de outubro de 1961, autorizou a doação, pelo Estado, de terrenos para a execução de parte do programa previsto.

O programa bienal foi apresentado ao Conselho Nacional de Habitação, onde foi aprovado, devendo ser incluído na solicitação global de empréstimo a ser feito pelo Brasil.

No ano de 1961, além de 125 unidades residenciais financiadas isoladamente, a C.H.P. construiu o núcleo residencial de número 13, com 20 casas, em Pirai do Sul.

Em 1962, a C.H.P. já iniciou a construção do Conjunto Residencial número 14, com 41 casas, em Maringá, bem como a do Conjunto Residencial número 15, com 30 casas, em Jacarêzinho, em convênio e com a participação da Prefeitura local. Já estão sendo tomadas as medidas preliminares para a construção do Conjunto Residencial número 16, com uma primeira parte de 50 casas, em Londrina.

6) Terras e Colonização

Muito já foi dito e comprovado sôbre a situação encontrada por êste Govêrno no que se refere ao problema da posse da terra.

Todo o esforço dos primeiros meses concentrou-se na pacificação dos espíritos nas regiões afetadas pelos litígios, corrigindo uma situação potencialmente violenta, como já o fôra demonstrado em 1957.

A política de terras do Govêrno, sob responsabilidade do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, pode ser sintetizada pelo Decálogo publicado em 12 de agosto de 1961. Já em nossa Mensagem de maio do ano passado afirmamos que o homem que trabalha de sol a sol na lavoura terá em nós um amigo. Êsse homem confiou no Govêrno, e temos certeza de que não o desapontaremos.

Logo de início foi procedida a revisão administrativa dos títulos concedidos por administrações anteriores. Quer administrativamente, quer através do Conselho Superior da Magistratura, já foram anulados títulos correspondentes a mais de 100.000 alqueires, correndo no judiciário as ações propostas pelo Estado visando o cancelamento dos títulos nos cartórios de registro de imóveis.

A partir do Decreto 3.602, de 21 de agosto do ano passado, que estabeleceu novas bases para a titulação de terras devolutas, o D.G.T.C. entrou em nova fase, simultaneamente a política prevista pelo Decálogo.

Entre as diversas anulações procedidas desde então, destaca-se a da Colônia Adelaide, devido a amplitude de sua área (quase 40.000 alqueires) em que foram expedidos títulos a pessoas estranhas à região, prejudicando 1.300 famílias de posseiros.

A firmeza da política governamental trouxe como corolário, grande número de acôrdo entre titulados e posseiros, sendo que aproximadamente mil somente no Município de Cascavel.

Como resultado da Reunião de Florianópolis o Governo da União decretou a desapropriação das glebas de Chopim e Missões. A demora da efetivação dessa medida pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização levou a novos contatos com a União, principalmente após ter o Poder Judiciário reconhecido o domínio do Estado sobre a Gleba Missões, estando o problema encaminhado para sua solução, notadamente após a visita a Pato Branco do Presidente da República, do que resultou a criação de um grupo executivo federal, o GETSOP, que está trabalhando em perfeita harmonia com o Estado.

No que se refere às suas atividades normais o D.G.T.C. realizou vistorias numa área total de 450.000 alqueires, além de medições em 30.000 alqueires, através de autorização a firmas contratantes.

Visando regularizar a situação em áreas de colo-

nização antiga, foram realizadas medições em mais de 5.000 alqueires.

Em 1961 foram processados 1.114 requerimentos de terras, sendo expedidos 251 títulos, apesar de o Departamento de Terras somente ter reaberto suas atividades externas em setembro.

Entre outras atividades realizadas pelo D.G.T.C., destaca-se o Grupo Especial de Trabalho para Valorização da Faixa de Fronteira, criado para substituir o Departamento de Fronteiras, entidade extinta. O referido Grupo está representando o Estado em contatos com os órgãos federais encarregados do desenvolvimento das regiões fronteiriças do país e mantém constante atividade junto dos Municípios da Faixa de Fronteira, auxiliando-os no preparo dos projetos para encaminhamento à Comissão Especial de Faixa de Fronteira e à Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País.

Outra iniciativa de importância foi a criação das Patrulhas de Colonização anexas às Inspetorias de Terras de Pato Branco, Cascavel e Campo Mourão. As patrulhas vêm executando serviços de abertura de estradas vicinais e de acesso às áreas coloniais. Em 1961 foi aberta uma rodovia de penetração de 40 km. entre Catanduvas e o Rio Iguaçu. As patrulhas vêm colaborando também na abertura de poços artesianos em Pato Branco e Cascavel, em ligação com o Departamento de Água e Esgoto.

No setor de geografia, além da impressão do Mapa Geral do Estado, para 1961, diversos outros trabalhos de vulto vêm sendo realizados, inclusive a elaboração de um Atlas do Paraná.

É interessante verificar que tôdas essas realizações foram empreendidas com uma despesa correspondente apenas a 47% do que o D.G.T.C. gastara em 1960.

O Governo do Paraná está consciente da existência do problema social na área rural. Através da defesa da tese de desapropriação por interesse social, demos em Florianópolis, e em contatos posteriores, o

ponto de vista de colaboração do Estado à reforma agrária brasileira.

Enviamos à Assembléia o Estatuto da Terra que através do imposto territorial procurava lançar as bases de uma reforma agrária de sentido econômico e social. A Emenda 1-A à Constituição Federal, passando aos municípios a arrecadação do referido imposto, atingiu a estrutura daquele ante-projeto, tornando-o impraticável.

Enviamos por outro lado à Assembléia mensagem criando o Fundo de Desapropriação e Colonização, cuja movimentação criará condições para a solução de problemas urgentes que não podem esperar pela adoção de uma política nacional de reforma agrária, tendo em vista que, grandes áreas do Estado permanecem estagnadas, sequestradas ou pendentes de decisão judicial em ações complexas e que, por sua natureza, se prolongam por prazos imprevisíveis que as vêzes perfazem decênios de duração. Há municípios que possuem considerável extensão territorial em demanda, como o de Palotina, por exemplo, que tem a totalidade de sua área sob sequestro judicial. Assim, só o recurso extremo da desapropriação deixa vislumbrar uma perspectiva de solução imediata.

É bem verdade que, pela Constituição vigente, são exigidos recursos vultosos para fazer face às desapropriações. No caso paranaense entretanto, e na forma sugerida no referido ante-projeto de lei, admite-se que a importância constituidora do Fundo de Desapropriação terá apenas um caráter de adiantamento, uma vez que, o próprio interesse revelado pelas terras, nas disputas que se travam, é fator indicativo de que a sua alienação imediata permitirá o recompletamento do crédito inicial. A rotatividade do Fundo tem em vista assegurar a repetição das ações desapropriatórias, sucessivamente, até que tôdas as áreas pendentes de julgamento judicial sejam atendidas.

Através do D.G.T.C. e da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, o Paraná elaborou um

Plano de Colonização e Recolonização, entregue ao B.N.D.E. para ser encaminhado ao Banco Interamericano do Desenvolvimento, visando obtenção de financiamento no montante de 17 milhões de dólares.

O programa de colonização prevê a organização de dois núcleos em Bocaiuva do Sul e ao longo da rodovia Curitiba-São Paulo, beneficiando 400 famílias.

O programa de recolonização prevê 14 núcleos, em Piquirí, Colônia Adelaide, Palotina, São Jerônimo da Serra e Palmital, beneficiando ao todo 8.000 famílias.

7) Justiça e Segurança

São diversos os órgãos da administração estadual que agem neste setor, e afora as realizações específicas de cada um, cumpre realçar o estabelecimento, dentro do período compreendido por esta Mensagem, de um íntimo entrosamento entre as atividades de todos êles, visando um melhor atendimento às necessidades do povo paranaense.

A Campanha de Incentivo ao Alistamento Eleitoral, levada a efeito pela Secretaria do Interior e Justiça, ultrapassou a meta prevista, que era a do milhão de eleitores. Em face dêsse sucesso, a Secretaria prosseguirá, em ação conjunta com o Tribunal Regional Eleitoral, visando agora atingir um milhão e meio de eleitores.

Outra campanha da S.I.J. que vem apresentando excelentes resultados é de incentivo à naturalização. Em 1961 o esforço concentrou-se no Nordeste do Estado, devendo passar agora para a região de colonização japonesa imediatamente a Oeste.

Outra medida de interêsse coletivo tomada pela Secretaria, e já em andamento, é a microfilmagem dos documentos do Arquivo Público, o que permitirá sua consulta mais fácil e melhor conservação.

Está em estudos projeto de lei visando dar à Im-

prensa Oficial do Estado melhores condições de funcionamento.

No que se refere à Polícia Militar do Estado, indubitavelmente o que merece mais destaque, é a melhoria do conceito dessa corporação, principalmente nas regiões, como o Sudoeste, onde os litígios de terra favoreciam um clima de insegurança. Antes temidas, hoje a Polícia Militar é vista com respeito, sendo tida como garantia ao povo.

Mas, muitas outras iniciativas foram tomadas pela Polícia Militar. Neste mês começará a construção da Vila Militar, em terreno doado pelo Estado. As primeiras 20 casas serão construídas com recursos internos da corporação, levantados através da venda de bônus.

No sentido de racionalizar a administração interna, foram criadas em 17 regiões policiais-militares, cobrindo todo o Estado. O contróle central dos destacamentos do interior (mais de quinhentos) foi reestruturado, sendo criado um serviço especial para êsse fim.

No sentido de melhorar o elemento humano a serviço da corporação foram demitidos mais de duzentos elementos, entre desordeiros e alcoólatras, e os claros estão sendo preenchidos por profissionais após rigorosos testes, inclusive psicotécnicos.

Foi reorganizado o batalhão de sinaleiros, inclusive com nôvo alojamento, e com fardamento especial de verão.

Com os próprios recursos da corporação foram realizadas construções em madeira para o serviço de manutenção, que atende inclusive outras repartições.

A Polícia Militar manteve seus hospitais em Santo Antônio e Pato Branco, sem «deficit» operacional atendendo indigentes e doentes particulares.

O Corpo de Bombeiros adquiriu um carro-bomba nôvo, melhorando sua capacidade de atendimento; simultâneamente passou para a responsabilidade do Estado o serviço de bombeiros de Ponta Grossa.

A Chefatura de Polícia foi dinamizada, sendo sua presença sentida em diversos setores.

Entre várias realizações, merecem destaque a organização de cursos para os detentos sob responsabilidade do Estado, inclusive de tratorista, a inauguração do núcleo industrial e o funcionamento da divisão jurídica dentro do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado.

Foi iniciada a construção de um prédio para a Escola de Recuperação de Menores. A Escola prestou assistência médica, odontológica e educacional aos internados, treinando-os também em trabalhos agrícolas e aplicando sobre eles terapêutica recuperacional e espiritual.

Outra iniciativa foi a aquisição de aparelhos que permitiram a confecção das novas Carteiras de Identidade do Instituto de Identificação, o que permitiu aumentar o atendimento aos interessados.

Merecem também destaque, a construção de uma nova ala na Prisão Provisória do Ahu, no valor de 40 milhões de cruzeiros; a aquisição de 23 novas viaturas, atendendo à Rádio Patrulha, cujo serviço assim melhorou; a instalação da Delegacia Regional de Polícia de Maringá, dentro do programa de descentralização dos serviços, que vem sendo seguido dentro das possibilidades da Chefatura.

Foram também conseguidas diversas bolsas de estudos para especialização de técnicos no exterior.

O Departamento do Serviço de Trânsito, em cooperação com outros órgãos vem procurando equacionar de forma definitiva o problema de Curitiba e das outras cidades maiores do Estado.

Foi procedida a instalação do serviço em algumas cidades que ainda não o possuíam. Em Curitiba procedeu-se à regularização do sistema de sinaleiros.

V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Administração de Pessoal

De todos os setores da administração estadual, o que se encontrava em situação mais difícil ao iniciar-se este Governo era, sem dúvida, o referente ao Pessoal.

Sobre um arcabouço legal arcaico vinham-se acumulando erros e defeitos, a ponto de não apenas onerar sobremaneira a capacidade financeira do Estado, mas, e principalmente, desestimular os funcionários públicos, baixando-lhes o rendimento no trabalho, e prejudicando assim, sensivelmente, o funcionamento normal da máquina administrativa.

Entre outras anomalias podemos destacar o desrespeito à linha hierárquica, com nomeações e admissões para cargos de final de carreira; a nomeação de pessoas para cargos para os quais outras se achavam habilitadas por concurso; transferências irregulares para cargos de carreira em prejuízo de servidores às vezes com mais de 15 anos de serviço.

Somente os benefícios concedidos de maneira irregular alcançavam uma despesa total da ordem de quinhentos milhões de cruzeiros por ano.

O levantamento de todo o funcionalismo, procedido nos primeiros meses do ano passado, demonstrou a existência de cerca de 12.000 pessoas nomeadas sem o necessário recurso orçamentário para sua remuneração.

Afora o levantamento e cadastramento mencionado, o Governo tomou outras medidas de emergência,

visando colocar o mais possível em ordem a situação do funcionalismo.

Foram dispensados todos aqueles admitidos após julho de 1960 e para cuja remuneração não havia recursos disponíveis.

Foi determinada a volta às suas lotações a todos os que se encontravam fora delas, com raras exceções indispensáveis ao funcionamento de certos órgãos cujos quadros próprios eram inferiores ao necessário.

Foi regulada a matéria referente ao acúmulo de cargos.

Centenas de nomeações promoções irregulares foram deixadas sem efeito.

No sentido de evitar a repercussão social negativa de uma dispensa em massa de servidores, o Departamento do Serviço Social analisou a situação econômica dos dispensados, readmitindo-se aqueles que não possuíam outros recursos ou ocupações.

Para que tudo isso pudesse ser feito, foi necessário organizar o Departamento Estadual do Serviço Público, até então limitado a encaminhar processos e organizar concursos. Também a Diretoria da Despesa Fixa, da Secretaria da Fazenda, foi dinamizada no mesmo sentido.

Terminada a organização do D.E.S.P., com todas as divisões funcionando, e contando com pessoal especializado obtido de outras repartições, criou-se a Comissão Provisória de Reclassificação de Cargos, destinada a elaborar o sistema de classificação de cargos, indispensável para que se pudesse solucionar a situação do funcionalismo.

Essa Comissão elaborou, em curto espaço de tempo, o Plano de Classificação, que enviado à Assembléia, foi transformado em Lei.

O novo sistema, deixando sem efeito o emaranhado irracional que o tempo acumulara no passado, partiu do critério de remunerar proporcionalmente ao trabalho, introduzindo entre outras, as seguintes normas gerais: tratamento idêntico a todo o funcionalismo;

término dos cargos isolados de provimento efetivo; sistema de mérito; acesso garantido mediante apuração de merecimento; promoção horizontal; estabilidade aos extranumerários com mais de cinco anos de serviço; readaptação.

Foi estabelecida a diferenciação completa entre diversos tipos de trabalho, dentro do seguinte esquema (tipos de trabalho níveis funcionais):

Subalternos	1 a 3
Artífices	7 a 11
Auxiliares	5 a 12
Intermediários	12 a 16
Superiores	17 a 18

Terminado êsse trabalho, a Comissão prosseguiu suas atividades visando o enquadramento do funcionalismo no mesmo sistema.

Já nêsse sentido foi realizada a regulamentação das funções gratificadas. Assim como enquadramento das autarquias e do pessoal temporário.

Está sendo organizado o cadastro geral do funcionalismo, a cujo término restará somente a readaptação para a implantação definitiva do sistema.

A margem do trabalho mencionado, o D. E. S. P. tomou medidas destinadas ao treinamento e especialização dos servidores. Após realizar cêrca de duas centenas de entrevistas com os interessados, vários foram selecionados, inclusive grande número destinado a cursos de administração e relações públicas na Fundação Getúlio Vargas.

O Estado vem contando nêste setor com a colaboração da Universidade do Paraná, através de seus cursos de verão.

Estão sendo programados cursos de férias para motoristas, porteiros, serventes e auxiliares de protocolo.

2) A Reforma Administrativa

A estrutura organizacional do Estado necessita de reformas de base. Pouco sentido teria repetir aqui essa afirmação, que vem de há muito sendo repetida, se este Governo não tivesse incluído essa reforma entre seus objetivos de mais alta prioridade.

Dentro dessa orientação, a Divisão de Organização e Métodos do D.E.S.P. iniciou seus trabalhos pelo levantamento da estrutura existente, tal como se encontra em funcionamento no momento.

Os resultados colhidos evidenciaram o completo desajuste entre a máquina administrativa existente e as necessidades operacionais do Estado.

Foram então fixadas normas gerais visando imprimir uniformidade ao tratamento do problema, pois cada órgão administrativo vinha agindo isoladamente, praticamente sem entrosamento e sem coordenação central.

Visando a uniformização das denominações das unidades administrativas foi estabelecido um número limitado para as mesmas.

Seguiu-se a fase de orientação aos diversos órgãos da administração dentro das normas preestabelecidas, tanto para a realização dos estudos organizacionais como para a elaboração da regulamentação necessária.

Foram criadas comissões especiais que vem realizando êsses estudos em contato constante com a Divisão de Organização e Métodos.

Até a presente data os seguintes órgãos já terminaram seus estudos organizacionais: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Fiscalização de Rendas, Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, Departamento Estadual de Compras, Biblioteca Pública do Paraná, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e Departamento de Água e Es-gotos.

Sendo mantido o ritmo de trabalho até agora de-

envolvido, e o será, os demais órgãos deverão em pouco tempo terminar seus estudos, tendo-se então em definitivo a reestruturação organizacional, que deverá estar concluída simultaneamente com o enquadramento do funcionalismo dentro do Plano de Classificação de Cargos.

A partir desse ponto os estudos se dirigirão à reorganização funcional, através da simplificação dos serviços burocráticos, da racionalização de sua execução, da adoção de técnicas modernas de trabalho, da eliminação de tarefas inúteis e da adoção de um plano administrativo funcional que atenda realmente às necessidades do Estado.

Tôda essa tarefa, cuja conclusão não deverá tardar, possibilitará um melhor aproveitamento dos recursos públicos, quer financeiros, quer humanos, dando ao Estado possibilidades muito maiores de agir sobre o todo complexo do processo evolutivo do Paraná.

VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO

1) União

A própria evolução da estrutura da federação brasileira dá à União soma tal de poderes, principalmente no setor econômico, que as possibilidades dos Governos estaduais de agir, mesmo em defesa de seus interesses, se vêm limitados, dependendo de contatos junto à União para a obtenção do atendimento a suas reivindicações.

O surto de desenvolvimento da região industrializada do Centro Leste do País, agudizando e trazendo à tona os contrastes existentes entre os diversos componentes da federação, e tornando mais do que nunca necessária uma política de âmbito nacional, que atenda aos interesses das diversas economias estaduais.

Se a consciência desse problema já se manifestava de há muito, foi através do sistema de reuniões de Governadores, iniciado em março de 1961 em Florianópolis, que a União passou a esquematizar sua política de investimentos em debate franco com as autoridades estaduais interessadas.

Através da apresentação de reivindicações justas e bem fundamentadas, o Paraná conseguiu em Florianópolis o compromisso da União de realizar direta ou indiretamente no Paraná, investimentos que viriam cooperar de forma substancial para que o Estado alcançasse nos prazos desejados os objetivos a que se propõe.

Grande parte do atendimento às reivindicações mencionadas dependiam das entidades financiadoras criadas pela União para tornar mais racional a aplica-

ção dos recursos públicos destinados a investimentos básicos. Essas entidades concedem seus financiamentos através da apresentação de solicitações apresentadas em forma de projetos técnica e economicamente fundamentados, dos quais este Governo não encontrou nenhum.

O esforço realizado pelo Paraná no sentido de preparar os projetos necessários deu como resultado afirmação do conceito do Estado junto a essas entidades. Esse esforço foi maior durante o período de preparação dos projetos paranaenses que foram incluídos entre as propostas brasileiras de ajuda externa principalmente para a conferência de Punta del Este, em agosto do ano passado.

O mês de agosto trouxe também a crise política que seguiu-se à renúncia do Presidente da República. Através dos graves momentos por que passou o país, o Governo manteve-se firme na defesa da ordem e das instituições democráticas dando paralelamente todo o seu esforço no sentido de que a crise pudesse ser resolvida sem violência.

O Governo estabelecido no país nos primeiros dias de setembro seguindo aproximadamente a mesma política de investimentos traçada anteriormente, permitiu ao Paraná continuar a contar com a boa vontade da União para seu próprio desenvolvimento.

Um dos problemas mais importantes para cuja solução do Estado depende da ação da União é o das terras. Em Florianópolis foi conseguida a promessa de desapropriação das glebas de Missões e Chopim, cuja demora por parte do Instituto Nacional de Imigração e Coionização levou à ação direta do Executivo Federal, através da criação do GETSOP, já mencionado.

Outro ponto básico da política nacional e que diz respeito direta e principalmente ao Paraná, é o do café. Como maior fornecedora de divisas ao país, a economia cafeeira tem sido a grande financiadora da industrialização do país.

Não cabe aqui uma análise mais aprofundada do

problema cafeeiro, mas devemos lembrar que antes do Instituto Brasileiro do Café delinear a nova política cafeeira que vem sendo seguida desde a safra de 1961/62, o Paraná já apresentava em Florianópolis a tese de que os recursos apropriados pela União do setor cafeeiro deviam ser aplicados preferencialmente nas regiões produtoras. Esta tese teve sua aceitação tácita garantida após a criação do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura, ao qual vários projetos de interesse para a região cafeeira do Estado já foram apresentados. Temos defendido uma política cafeeira que leve à abolição dos subsídios pagos pelos cafeicultores através da política cambial.

A política de defesa dos interesses globais da economia paranaense foi também seguida pelo Estado através de seus representantes nas entidades nacionais que orientam a política do mate e da madeira. Em ambos os casos e dentro da concepção do Governo de estimular o desenvolvimento econômico do Estado, o Paraná defendeu sempre uma política que estimule a industrialização de suas matérias primas, de modo a garantir maior agregação de valor à sua economia.

Em defesa daqueles produtos que não possuem órgãos nacionais responsáveis, principalmente os de origem agro-pecuária, o Governo segue a orientação de obter da União a fixação de condições de preços aos produtores de modo a não desestimular a oferta, garantindo assim um afluxo de gêneros que evite o prosseguimento da continua alta dos preços ao consumidor.

2) Os Outros Estados

As diversas unidades da federação, que viveram isoladas entre si durante a maior parte de nosso período republicano, a partir da última década começaram a esboçar esquemas de colaboração mútua visando o desenvolvimento regional.

A primeira experiência dessa natureza em que o Paraná tomou parte foi a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, formada por 7 Estados, e que vem trabalhando principalmente no estudo e aproveitamento do potencial hidroelétrico da bacia.

O desenvolvimento industrial da região centro-leste do País, concentrado por razões históricas no triângulo São Paulo - Belo Horizonte - Rio de Janeiro, causou tensões entre essa região e as regiões periféricas, cujo desenvolvimento se vem processando em ritmo mais lento.

Por essa localização geográfica, e pelo seu rápido desenvolvimento e ocupação, causado pela mesma atividade que serviu de base para a industrialização do centro-leste, o Paraná tem sido, erroneamente, incluído como parte da região desenvolvida e industrializada.

Na realidade o Paraná pertence simultaneamente à região econômica formada pelos três Estados do Sul, pela estrutura econômica dominante na maior parte de seu território, e ao centro-sul, pelo fator dinâmico dessa economia.

Dentro desse espírito, e após a Reunião de Florianópolis, em que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram problemas conjuntos à União, o Governo apoiou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Sul (CODESUL), destinado a programar as medidas necessárias ao desenvolvimento conjunto da região, e do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, destinado a financiar atividades públicas e privadas, dentro dos critérios fixados pelo Conselho.

A colaboração mútua com os outros dois Estados do Sul não exclui o trabalho comum com São Paulo, exemplificado pela participação do Paraná na empresa Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA), destinada ao aproveitamento hidroelétrico do referido rio, e na Centrais Elétricas de Urubupungá (CELUSA).

A consciência da situação do Paraná, entre as

regiões subdesenvolvidas do Brasil, não nos furta a obrigação de colaborar concretamente com outras regiões, de índices de subdesenvolvimento maiores, quer através de auxílios, como os providenciados durante a escassez de gêneros alimentícios no Nordeste, quer através do fomento à sua produção de bens que podem atender à demanda nacional.

3) Os Municípios

É indiscutível a importância do Município na evolução harmônica de uma região para seu desenvolvimento econômico. Como célula mínima da vida comunitária, só através de seu progresso poderemos alcançar os novos níveis de bem estar que planejamos para o Paraná.

De uma forma ou de outra tôdas as obras do Governo beneficiam os municípios. É uma verdade pacífica e evidente, mas nunca é demais lembrá-la. Além disso, através do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, o Governo tem procurado atender às crescentes reivindicações apresentadas pelas cidades paranaenses.

Já em 7 de novembro de 1961 realizava o D.A.T.M. um conclave, em Curitiba, com os prefeitos eleitos para as 78 novas cidades, prestando-lhes assistência e orientação e pondo-os ao par dos problemas econômicos do Estado.

Nessa oportunidade, foram-lhes entregues os elementos considerados úteis à instalação dos serviços administrativos das Prefeituras, como sejam: organograma, modelos para a organização da contabilidade, projeto de código tributário, Regimento Interno para as Câmaras Municipais, Lei Orgânica dos Municípios, Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, Constituição do Estado e elementos para elaboração do orçamento municipal.

A par da assistência técnica que vem prestando, o D.A.T.M prepara uma solicitação de financiamento pa-

ra a aquisição de máquinas para as prefeituras, ao mesmo tempo que orienta os governos municipais na elaboração de acórdos e convênios com o Estado para a realização de obras públicas indispensáveis.

A fim de orientar as Prefeituras na implantação da nova discriminação de rendas estabelecida pela Emenda número 1-A, o D.A.T.M. promoveu uma reunião de prefeitos, no dia 24 de novembro de 1961, oportunidade em que foram distribuídas a tôdas as municipalidades participantes publicações versando sôbre o estabelecimento dos impostos territorial rural e transmissão de propriedade «inter-vivos», bem como instruções para a sua inclusão na proposta orçamentária municipal, prestando-se, ao mesmo tempo, as necessárias explicações a respeito.

Dentro de suas possibilidades e preferencialmente através da realização de obras que interessam às prefeituras, o Estado vem procurando saldar os compromissos criados pelo artigo 20 da Constituição Federal. Em 31 de dezembro de 1960 a dívida do Estado para com os municípios era de 1.348 milhões. Em 31 de dezembro de 1961, após o lançamento dos resultados de 1960, essa dívida elevou-se a 2.209 milhões. Em 1961 foram processados 488 milhões, beneficiando 94 cidades. Convém salientar que os dados sôbre a dívida não são definitivos pelo fato de que 37 municípios ainda não enviaram diversos balanços de sua arrecadação, alguns desde 1951.

Dentro de sua política de colaborar para a solução dos problemas municipais, o Estado, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, realizou estudos pormenorizados nas cidades da região do arenito, no Noroeste do Estado, sendo elaborado um plano de combate à erosão urbana que ameaça destruir várias áreas de diversas cidades. O Plano encaminhado ao Banco Inter-americano de Desenvolvimento em fevereiro dêste ano, prevê um investimento total de 1961 milhões de cruzeiros em 22 cidades. As obras serão realizadas através da S.V.O.P.

Enquanto se processava a elaboração dos estudos acima mencionados, o Estado executou diversas obras parciais, principalmente através das máquinas da Secretaria da Agricultura.

Outra região que vem merecendo a atenção específica do Governo é a formada pelos cinco municípios litorâneos, e que, à excessão da cidade de Paranaguá e das praias, vem permanecendo à margem da evolução econômica do Paraná.

Através do Serviço de Valorização do Litoral foi elaborado um programa de emergência com o objetivo de solucionar de imediato certas condições críticas encontradas na região. Várias medidas foram tomadas, inclusive a instalação de um serviço de lanchas para o atendimento sanitário das regiões isoladas na Baía de Paranaguá.

O planejamento a longo prazo, que até em fase final de elaboração, prevê a solução econômica do problema do Litoral, através do estímulo à pesca e à agricultura, sem descurar do problema social.

Outra região do Estado que também ficou à margem da evolução paranaense é a velha região erva-teira e madeireira do Alto Iguaçu. Afora diversas obras que estão sendo realizadas ou estão programadas para ela, a industrialização do xisto-pirobetuminoso a reversão definitiva de sua tendência à decadência.

Exatamente o opôsto dos problemas regionais acima mencionados é o que desafia o Estado nas regiões Oeste e Sudoeste, cujo rápido crescimento e ocupação proverá dificuldades crescentes de atendimento às exigências de sua população.

Através da reunião com os prefeitos da região, realizada em Foz do Iguaçu em março dêste ano, o Governo tomou contato direto com os problemas locais, traçando as linhas mestras de sua solução.

ÍNDICE

Pág.

I — INTRODUÇÃO	
II — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA	
1) A Economia Paranaense e a Conjuntura Nacional	3
2) As Finanças Públicas	5
3) A Política Econômica do Governo	17
III — EVOLUÇÃO SETORIAL DA ECONOMIA	
1) Energia	23
a) Energia Elétrica	23
b) Carvão	27
c) Xisto-pirobetuminoso	28
2) Transportes	29
a) Rodovias	30
b) Ferrovias	34
c) Marítimo e Fluvial	36
d) Aéreo	37
3) Comunicações	38
4) Indústria	40
5) Agricultura e Pecuária	43
IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO	
1) Educação e Cultura	51
a) Ensino Primário	55
b) Ensino Médio	57
c) Ensino Superior	59
d) Cultura	68
2) Saúde Pública	69
3) Saneamento	72
4) Assistência Social e Trabalho	75
5) Habitação	77
6) Terras e Colonização	78
7) Justiça e Segurança	82

	Pág.
V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
1) Administração de Pessoal	87
2) A Reforma Administrativa	90
VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO	
1) União	95
2) Os outros Estados	97
3) Os Municípios	99